

## Licenciados em sociologia: ritmos e formas de transição ao trabalho

**Carlos Manuel Gonçalves,  
Cristina Parente e Luísa Veloso<sup>1</sup>**

As múltiplas relações entre o sistema educativo e o sistema produtivo têm sido erigidas, nas últimas décadas, como uma das questões centrais do debate sobre os modelos sociais que caracterizam os países ocidentais. Enformado pela tese da importância da escola para o desenvolvimento económico e social, o interesse demonstrado por essas relações, pelos vários agentes sociais e instituições ocupando posições diferenciadas no espaço social, vem induzindo e dando visibilidade, quer no campo científico quer no dos meios de comunicação, a uma ramificação em questões mais particulares e circunscritas temporal e geograficamente. Sem querermos ser exaustivos, encontramos nesse caso: o funcionamento do sistema educativo e a sua interligação com os mecanismos de reprodução social; a natureza e o perfil dos saberes e das competências adquiridas na escola e a sua adequação ou não às necessidades, socialmente definidas, das organizações; as estratégias de oferta de emprego desencadeadas por estas organizações; as dinâmicas globais de funcionamento do mercado de trabalho; as formas de intervenção do Estado, regularizadoras da oferta e da procura de emprego para os jovens escolarizados; os ritmos, modos e resultados das condições de acesso e de permanência inicial dos diplomados no sistema produtivo.

Cingindo a nossa atenção à última questão enunciada, podemos observar que a mesma tem feito um percurso peculiar. De certo modo marcados pelo contexto económico e social dos anos 60, em particular pela democratização do acesso ao ensino e por um baixo volume do desemprego, configurando mesmo

---

<sup>1</sup> Os autores do presente artigo são docentes de sociologia da Secção Autónoma de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Agradecem os comentários dos colegas Dulce Magalhães e José Azevedo aquando da concepção e aplicação do inquérito por questionário, bem como o trabalho de apoio à investigação por parte das licenciadas em Sociologia pela FLUP, Susana Januário e Luísa Pinheiro.

uma situação de pleno emprego, em países mais industrializados, desenvolveram-se estudos e criaram-se instituições com o objectivo central de caracterizar e explicar as condições de passagem do sistema educativo à denominada vida activa. As investigações feitas em França da responsabilidade do Centre d'Etudes et de Recherches sur les Qualifications (CEREQ), os *National longitudinal studies of youth* nos E.U.A. e ainda os *Youth court studies* em Inglaterra são alguns exemplos do trabalho desenvolvido.

Num passado mais recente, o equacionamento do tema da entrada na vida activa, no âmbito das ciências sociais, tem sido caracterizado por importantes discussões e controvérsias, não só quanto aos paradigmas teóricos de referência e aos desenhos metodológicos das investigações, como também quanto às razões que estão subjacentes à realização dessas investigações e aos modos como são apropriados os respectivos resultados por parte das entidades, públicas e privadas, que financiam os estudos.

Não deixa de ser importante ressaltar que aquela situação de questionamento se deve, em parte, às profundas alterações que o mercado de trabalho foi sofrendo nos países ocidentais no decorrer dos anos 70 e que se tem prolongado até à actualidade. De uma posição de estabilidade, rapidamente se passou para o avolumar do desemprego global, para as crescentes dificuldades de inserção laboral dos jovens saídos da escola, conduzindo a um crescimento rápido da correspondente taxa de desemprego, para o surgimento de novas formas de emprego predominantemente ocupadas por esses mesmos jovens e cujo perfil se foi colocando nos antípodas da forma do emprego assalariado construída política e socialmente no pós Segunda Guerra Mundial. Desemprego e precariedade laboral, acompanhados por vezes de novas configurações de exclusão económica e social, passaram a caracterizar o mercado de trabalho, e em particular a condição laboral de uma parcela importante de jovens, conduzindo a alterações nos processos de entrada na vida activa, os quais, por sua vez, se tornaram imperceptíveis para os quadros teóricos de referência mobilizados pela sociologia e economia e concebidos para a compreensão de um mercado de trabalho estável.

As análises, entre outras, de Alaluf *et al* (1987), Nicole-Drancourt (1994), Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger (1995), Vernières (1997), Vincens (1997 e 1998) e de Rose (1998), tomando como referência as sociedades francesa e belga, fornecem-nos indicações importantes acerca quer do hiato entre as linguagens teóricas e as novas condições de acesso dos jovens ao emprego, quer das discussões em torno dessa incapacidade das teorias instaladas e o aparecimento de propostas de renovação teórico-metodológicas, que ao longo dos anos 80 e 90 se foram sedimentando, quer ainda do carácter fluído, impreciso, da noção de

inserção e da diversidade de objectos de pesquisa. Questionamentos sobre a validade teórica e operatória da noção de inserção profissional, assumpção de tentativas de clarificação dessa noção, ruptura face a paradigmas analíticos da inserção alicerçados em exclusivo na dimensão estrutural das dinâmicas sociais e, em simultâneo, a redescoberta da centralidade das expectativas, atitudes e estratégias do sujeito para a compreensão dos processos de inserção, valorização dos níveis analíticos meso e micro, defesa da complementaridade entre os estudos extensivos, recorrendo a inquéritos por questionário, abrangendo amplas amostras, e a complexos procedimentos estatístico-matemáticos de análise dos dados e os estudos intensivos, mais localizados territorialmente erigindo as biografias, a entrevista e a análise de conteúdo como procedimentos operatórios apropriados, são aspectos que caracterizam o campo de investigação sobre a inserção profissional.

O presente artigo pretende precisamente abordar as condições de acesso ao emprego dos licenciados em sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Para isso propomo-nos analisar os resultados de um inquérito por questionário administrado por via postal aos 229 indivíduos que se diplomaram entre os anos lectivos de 1988/89 e de 1996/97<sup>2</sup>. A aplicação do inquérito por questionário ocorreu, entre Julho e Setembro de 1998, no âmbito dos trabalhos de auto-avaliação da licenciatura em sociologia da FLUP. Foram considerados 135 inquéritos válidos, o que aponta para uma taxa de retorno de 59,0%. Taxa muito acima dos 30,0% apontados para a validação do modo de aplicação do inquérito e, portanto, bastante satisfatória, principalmente se tivermos em conta não só a natureza complexa do próprio instrumento de recolha e tratamento da informação, como também a incontornável desactualização de parte dos endereços dos licenciados<sup>3</sup>.

No nosso país, estudos como os de Batista (1996), Arroiteia e Martins (1998), Inofor (1999 e 2000) e Alves (2000) apresentam-se como contributos que nos possibilitam uma informação fundamentada sobre a inserção profissional dos diplomados pelo ensino superior. Estudos que incorporam estratégias metodológicas já testadas em outros contextos nacionais, de cariz quantitativo,

---

<sup>2</sup> O inquérito estruturou-se em torno de três eixos principais: os processos de transição ao trabalho; a avaliação da formação académica; a relação com a sociologia e com a profissão de sociólogo. Saliente-se que para o estudo da transição ao trabalho os licenciados foram questionados sobre as principais características do seu primeiro emprego regular após a conclusão da licenciatura, o emprego subsequente e o emprego à data da aplicação do inquérito. Em termos de composição demográfica, do total dos inquiridos, 81,5% são do sexo feminino e apresentavam, à data, a seguinte estrutura etária: com menos de 24 anos, 9,8%; dos 25 aos 29 anos, 44,4%; dos 30 aos 34, 32,3% e com 35 e mais anos 13,3%.

<sup>3</sup> Face à natureza que tomou o desenho da nossa investigação, os resultados que iremos analisar, mais à frente, são unicamente válidos para o conjunto da população inquirida

em que o questionário é a técnica de investigação por excelência, e que a par de uma mais ou menos explícita problematização teórica, não deixam de se assumir como instrumentos de medição e de avaliação da qualidade da inserção. Com efeito, sublinhe-se que a realização destes estudos está intimamente relacionada com as práticas de auto-avaliação encetadas pelas Universidades e por instâncias públicas<sup>4</sup>. Consideramos que tal aspecto aponta para uma preocupação crescente sobre as condições de entrada na vida activa dos licenciados e é demonstrativo da capacidade de auto-questionamento que paulatinamente se vem instalando nas organizações universitárias. A actual avaliação do ensino universitário constitui um momento importante para a implementação de procedimentos operatórios de análise da inserção e das trajectórias profissionais dos licenciados. Contudo, a heurística desses procedimentos só será válida desde que não se enverede pela sua rotinização e aplicação acrítica, unicamente visando o cumprimento das disposições da avaliação, mas sim teórica e metodologicamente fundamentada, e que os resultados, desde que pertinentes, sejam um instrumento que conduza a acções de melhoria continuada e sustentada da qualidade do ensino.

O facto dos nossos inquiridos serem licenciados em sociologia merece-nos algumas considerações breves. Disciplina científica de efectiva implantação recente no país, cujo reconhecimento institucional se iniciou no pós 25 de Abril, a sociologia encontra-se desde essa data num processo de difusão, de sedimentação das suas abordagens e resultados das investigações, de legitimação dos respectivos saberes teórico-metodológicos e operatórios nas instâncias do ensino superior e da investigação científica, bem como de outras instâncias organizativas<sup>5</sup>. Lançando um olhar retrospectivo para o caminho percorrido pela disciplina, uma conclusão plausível parece-nos ser legítimo retirar: temos assistido à institucionalização da sociologia, o que ocorre a par de um notório acréscimo da visibilidade social dos sociólogos como profissionais. Sinais explícitos disso são, em primeiro lugar, o acréscimo continuado de licenciaturas no ensino universitário, público e privado, de pós-graduações, bem como de disciplinas de sociologia, geral ou específicas, em diferentes cursos do ensino superior. Concomitantemente à emergência e à consolidação das instituições universitárias de ensino da sociologia, produtoras dos futuros profissionais, condição essencial para a própria sociologia se elevar à qualidade de profissão socialmente

---

<sup>4</sup> Referimo-nos ao Sistema de Observação dos Percursos de Inserção dos Diplomados do Ensino Superior, desenvolvido pelo Instituto para a Inovação na Formação (INOFOR) e outras instâncias estatais.

<sup>5</sup> Para uma análise detalhada do percurso da sociologia, como ciência e profissão no nosso país consulte-se, entre outros, Costa (1988 e 1996), Machado (1996) e Almeida (1999).

reconhecida, é de referir, em segundo lugar, a publicação regular de publicações periódicas, a mais ampla publicação de textos sociológicos, elaborados no âmbito dos trabalhos conducentes aos títulos de mestre e doutor, o que concorre para demonstrar, junto de diversos agentes sociais, os contributos que os sociólogos poderão oferecer. Em terceiro lugar, é de salientar a actividade das associações científicas e profissionais, em especial da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) e da Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial das Organizações e do Trabalho (APSIOT) que, por intermédio do incremento da investigação, da comunicação, reflexão/debate no seio da comunidade - exemplos paradigmáticos são os congressos e outros eventos organizados promovidos por ambas as associações<sup>6</sup> - da promoção da acção profissional dos sociólogos, da integração destes nos meios científicos internacionais, têm fomentado as condições objectivas para divulgar o conhecimento sociológico e esclarecer junto das organizações, de cariz jurídico-institucional diverso, de outras comunidades científicas e da opinião pública em geral, a natureza, os possíveis contributos e as condições do trabalho sociológico.

É também patente a pluralidade de papéis e experiências profissionais, face a um passado recente em que o espaço laboral dos sociólogos se confinava fundamentalmente à actividade docente universitária e à investigação científica. Aspecto que reflecte o incremento e diversificação da procura social dos saberes sociológicos. Uma das particularidades relevantes do caminho, que esquematicamente traçámos, encontra-se em o não cantonar à sua vertente estritamente académica, mas sim relacioná-lo com a actividade profissional dos sociólogos. Um exemplo disso é o facto das dimensões e questões que envolvem essa actividade serem abordadas nos eventos científicos organizados pela APS e pela APSIOT. Ambas as associações adoptaram, em 1992, o mesmo código deontológico, materializando, assim, os resultados que em anos antecedentes brotaram das discussões sobre o exercício da profissão de sociólogo, a ética e deontologia que deveriam enformar as práticas profissionais e as áreas de actividade para os sociólogos. Por sua vez, contributos importantes para a difusão da pluralidade das práticas sociológicas encontram-se em *Problemas em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho em Portugal* (1987) da APSIOT e em duas colectâneas da APS: *Experiências e papéis profissionais de sociólogos* (1990) e *Profissão Sociólogo* (1999). Como os títulos deixam antever, estas colectâneas passam em revista um conjunto de papéis profissionais, num registo testemunhal e reflexivo produzido pelos seus autores. Conjunto de papéis mar-

---

<sup>6</sup> Eventos que são demonstrativos da intensa participação dos sociólogos, não só em número de participantes, como também em termos de comunicações apresentadas.

cado pela diversidade, característica, como veremos mais à frente, fortemente tributária dos modos como tem ocorrido a penetração no mercado de trabalho dos licenciados em sociologia. A par daquelas monografias, autênticos testemunhos profissionais, está também presente em outros trabalhos uma acentuada capacidade de questionamento, simultaneamente revelador, crítico e construtivo, sobre a sociologia, na qualidade de ciência e profissão<sup>7</sup>.

Em outros contextos nacionais, encontramos contributos de reflexão sobre a actividade dos sociólogos. Contributos que expressam uma reflexão sobre a sociologia, na sua vertente de disciplina científica, e sobre os sociólogos na qualidade de profissionais. Estão neste caso os trabalhos de Montlibert (1982), Chenal (1987), Mendras (1995), Legrand *et ai* (1995), Piriou (1999 e 2000) e de Sainsaulieu (1988 e 1990), para referir alguns dos mais recentes<sup>8</sup>.

Em suma, no dealbar de um novo século, a sociologia em Portugal encontra-se numa fase de acentuada sedimentação permeada por factores impulsionadores, mas seria irrealista não ter consciência da existência de outros factores de cariz obstaculizador do seu desenvolvimento. Sem querermos ser reductores, é uma fase que, em nossa opinião, se alicerça em determinados eixos: a continuada capacidade de auto-reflexão sobre a sociologia e as plurais práticas sociológicas; a rejeição de fronteiras, e correlativamente de hierarquias, entre a sociologia (re)produzida nos espaços universitários e de investigação e a que se constrói quotidianamente, raramente marcada pela visibilidade, no exterior desses mesmos espaços; o não fechamento paradigmático, a procura de novas problemáticas e da pluridisciplinaridade; o acolhimento da diversidade de papéis protagonizados pelos sociólogos em diferentes contextos de trabalho; a persistente dificuldade de aceitação, por alguns alguns agentes sociais, dos sociólogos como importantes interlocutores, na qualidade de cientistas e técnicos possuidores de competências teóricas, metodológicas e relacionais imprescindíveis ao conhecimento das dinâmicas sociais enformadoras da nossa contemporaneidade nacional, o que se traduz na compressão da oferta de empregos e nos sucessivos obstáculos que os jovens licenciados enfrentam na transição ao trabalho.

## 1. Acesso ao primeiro emprego

Em momento anterior do presente texto, já referimos que o tema genérico

---

<sup>7</sup> Consulte-se, entre outros, os trabalhos de Costa (1988), Quitério (1989), Ribeiro (1994), Rosa (1994), Ruivo (1987), Silva (1986).

<sup>8</sup> Sobre o processos de reconhecimento da Sociologia e a profissionalização dos sociólogos tenham-se ainda presente as seguintes obras: Renaud Sainsaulieu *et ai.* (1987), Anthony Giddens (1987), G. Statera e M. S. Agnoli (org.) (1985), Jean-Pierre Durand e Robert Weil (1993).

da entrada dos jovens na vida activa é atravessado por controvérsias teóricas. Em particular, um dos pontos de discussão remete para a noção de inserção. Usada recorrentemente, sem por vezes uma indicação precisa do seu significado, ela tornou-se objecto de intensa crítica e de tentativas, algumas delas marcadas pelo sucesso, de reformulação ou mesmo de superação conceptual.

Numa revisão, de cariz sintético, importa destacar alguns aspectos. Em primeiro lugar, e tal como Dubar (1999:8) aponta, a categoria inserção, quando entendida como problema social, tem assumido três significados diferenciados no pós anos 70: inserção profissional, inserção social e integração. O primeiro tem sido utilizado para referenciar a passagem do sistema educativo ao emprego, já o segundo traduz as dificuldades ~~sentidas não só pelos~~ jovens, mas também por outras categorias sociais, de encontrarem emprego e, por último, na sequência da expansão do desemprego e da emergência das novas formas de pobreza, a noção de inserção passa a ser subsumida na de integração por oposição à de exclusão social. Embora sejam noções com significados datados historicamente, na reflexão sociológica actual aparecem de modo indiscriminado e sem uma parametrização teórica bem definida, o que introduz um elemento de perturbação analítica.

Em segundo lugar, e em paralelo com a polissemia da noção de inserção, é patente uma indefinição teórica. Olhando para as análises mais recentes, enquanto Vincens (1997 e 1998) opta por um olhar eclético, entre definições objectivas e subjectivas, dando ênfase aos processos de passagem da escola à vida activa, para Vernières (1997:11) a inserção profissional deve ser entendida como "o processo pelo qual os indivíduos que nunca pertenceram à população activa, acederam a uma posição estabilizada no sistema de emprego". Intrinsecamente ligada com tais definições encontram-se, entre outras, as seguintes interrogações: como medir a inserção profissional? que indicadores accionar para caracterizar essa inserção? em termos temporais, o que entender pelo momento inicial e o momento final do processo de inserção profissional? como delimitar o período de inserção? quando se poderá indicar que um indivíduo está inserido profissionalmente? Naja extensa bibliografia sobre o tema de entrada na vida activa, parte substancial da mesma produzida no quadro da sociologia francesa, podemos encontrar diferentes respostas para essas questões. Não iremos aqui fazer uma revisão dessa bibliografia. Por agora, interessa-nos destacar que se a profusão de opções não deixa de ser indicativa de uma vitalidade analítica, por outro lado, induz, como já salientámos, uma imagem marcada pela heterogeneidade de objectos de estudo, imprecisos e fluídos, consubstanciando

problemas teóricos e empíricos<sup>9</sup>.

Em terceiro lugar, uma proposta de renovação teórica e de superação das limitações que o conceito de inserção tem apresentado surgiu nos trabalhos de J. Rose (1984, 1996 e 1999). Em parte considerando que tais limitações resultavam de uma inadequação teórica face à crescente complexidade social e económica em que decorre o acesso ao emprego por parte dos jovens, o autor defende, por contraposição ao conceito de inserção, o de transição ao trabalho. A noção de transição coloca a atenção sobre os movimentos de transferência de jovens, socialmente diferenciados, entre o sistema educativo e o sistema produtivo. Face à precariedade laboral subsistente não é possível determinar momentos temporais bem delimitados de entrada e estabilização no mercado de trabalho. Interessa, sim, analisar o acesso dos jovens ao trabalho como um processo que se encontra socialmente estruturado, em especial pelas práticas de recrutamento e gestão dos recursos humanos pelas empresas e pela acção do Estado na maior ou menor regulação daquele acesso.

Para o presente estudo sobre os licenciados em sociologia pela FLUP, optámos pela abordagem sustentada no conceito de transição ao trabalho de J. Rose. Utilizámos esse conceito para referenciar as situações de entrada na vida activa e as trajectórias profissionais. Trajectórias que se caracterizam principalmente pela precariedade laboral. Por outro lado, devemos igualmente entender a transição profissional como um processo que é socialmente construído. Afirmar isto é dar relevo às dinâmicas de funcionamento do mercado de trabalho, às estratégias empresariais face aos recursos humanos, às políticas estatais face ao emprego juvenil e à educação, às expectativas, recursos e atitudes dos próprios

---

<sup>9</sup> Tal como já indicámos anteriormente, várias linhas de fractura delimitam as abordagens ao tema da entrada na vida activa. Encontramos enfoques diferenciados conforme estamos perante análises radicadas na sociologia, na economia ou na psicologia. No campo da sociologia, é notória uma vincada tendência para privilegiar desenhos de investigação em que se possam conciliar análises extensivas com análises intensivas. O trabalho de Nicole-Drancourt (1991), sobre as modalidades de entrada na vida profissional e familiar de uma geração de jovens franceses nascidos nos anos 60, pode ser apontado como um exemplo deste tipo de investigação em que num primeiro momento se aplicou um inquérito por questionário à população em análise, para posteriormente se enveredar pela realização de entrevistas semi-directivas a um conjunto mais restrito de indivíduos integrantes dessa população e que representavam casos paradigmáticos. Não estamos perante uma proposta alicerçada num eclectismo metodológico acrílico, mas sim numa opção que pretende dar conta, em simultâneo, das regularidades e das singularidades sociais, dando particular espaço de reflexão ao investigador sobre o sentido dado pelos sujeitos sociais às suas acções. Encontramos, em textos mais recentes, por exemplo, de Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger (1995) e de Dubar (1994), uma defesa e fundamentação dessas novas perspectivas de análise, as quais sublinhe-se, a partir de uma releitura dos contributos da fenomenologia e do interaccionismo simbólico, tentam construir uma "terceira via" que sirva de contraponto às análises reducionistas da inserção profissional dos jovens exclusivamente assentes na estrita formalização matemática ou então no impressionismo da narrativa discursiva dos próprios sujeitos.



diplomados. Por conseguinte, é não ter do acesso ao emprego uma perspectiva assente unicamente numa dimensão estrutural enformadora do mercado de trabalho, mas sim mais abrangente incluindo as plurais dimensões da vida social antes indicadas.

A aplicação dessa perspectiva abrangente na nossa investigação traduziu-se na inclusão, no inquérito por questionário enviado aos licenciados, de um conjunto de questões sobre: a trajectória escolar; as actividades laborais e de formação profissional desenvolvidas nos últimos anos de frequência da licenciatura; as duas primeiras situações de emprego após a conclusão do curso e a existente à data de aplicação do inquérito; as trajectórias escolar e formativa já na condição de licenciados<sup>10</sup>. Captar um conjunto mais amplo possível e plural de indicadores face às situações da vida escolar, formativa e profissional afigura-se-nos como um caminho que potencialmente produzirá uma panóplia de informações não conducente a uma leitura teórica simplificada da transição profissional.

Vários estudos têm abordado as actividades laborais dos estudantes durante a frequência dos seus cursos (Béduwe e Cahuzac, 1997 e Béduwe e Giret, 2001). Partindo de uma evidência empírica que se consubstancia no número crescente destes estudantes, as investigações têm vindo a provar que aquelas actividades influenciam, entre outros factores a trajectória profissional após a conclusão do estudo. Genericamente os resultados apontam para que os denominados "estudantes com experiência profissional" acedem mais rapidamente a um emprego regular e estável, auferem salários mais elevados e acedem a uma posição profissional mais prestigiada socialmente. Dito desta forma, tal período que antecede a posse de um diploma legitimado pelo sistema de ensino não pode deixar de ser considerado quando se aborda a transição ao trabalho por parte dos jovens.

Do total dos inquiridos licenciados em sociologia (135), 26,7% tiveram trabalhos ocasionais e 30,4% exerceram uma actividade profissional regular no decurso dos últimos anos do curso<sup>11</sup>. Em primeiro lugar, importa referir que

---

<sup>10</sup> Nos estudos sobre a inserção profissional, o inquérito por questionário tem sido a técnica de recolha e tratamento de informação mais recorrente. Usámos o que se pode designar por um inquérito retrospectivo. Para esbater, em parte, a natureza sincrónica deste tipo de questionário introduzimos várias situações de emprego após a conclusão da licenciatura. A superação da oposição sincronia/diacronia nestes estudos conduziu a uma crescente preferência da análise longitudinal baseada em especial na calendarização das trajectórias profissionais e sociais dos inquiridos. Sobre a análise longitudinal, consulte-se a série da revista *Formation et Emploi* do CEREQ.

<sup>11</sup> Note-se que os inquiridos que se licenciaram em 1988/89 e 1989/90 foram abrangidos por uma licenciatura em sociologia de quatro anos. A estrutura curricular da licenciatura foi reformulada, no ano lectivo seguinte, passando a ter uma duração de cinco anos curriculares.

estamos perante duas populações diferenciadas face ao trabalho. Vejamos então cada uma delas em separado.

A maioria dos que tiveram trabalhos ocasionais realizaram tarefas de apoio à investigação (Quadro 1). Aplicação de inquéritos, realização de entrevistas, inserção de dados em suporte informático sobressaem como tarefas inscritas naquele tipo de actividade. Seguem-se-lhe as actividades pedagógicas (explicações) e a combinação entre estas e as primeiras.

Quadro 1 - Tipo de actividades ocasionais (%)

Pedagógicas	32,3
Apoio à investigação	35,3
Administrativas e comerciais	5,9
Pedagógicas e de apoio à investigação	14,7
Apoio à investigação e administrativas e comerciais	11,8
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

(n=34)

Aquelas actividades mobilizaram saberes e saberes-fazer aprendidos no decorrer da frequência da licenciatura em sociologia, o que já não pode ser afirmado para as actividades administrativas. Estas sim, distanciadas da formação escolar dos estudantes. O número daqueles que se foram envolvendo nessas actividades vai adquirindo dimensões relevantes conforme nos aproximamos da actualidade. Somente 2,9% dos licenciados, em 1989, desempenharam trabalhos ocasionais, em 1992 eram já 17,6% passando para 32,4% em 1995, vindo a decrescer para 14,7% passados dois anos. Esta evolução, em parte errática, traduz provavelmente quer o volume da oferta desses trabalhos esporádicos, quer a própria disponibilidade dos então alunos para os aceitar, quer ainda, a densidade e funcionalidade das redes sociais que estão subjacentes ao recrutamento de mão-de-obra para tais trabalhos.

A percepção da relação entre os saberes e os saberes-fazer aprendidos durante o curso e o tipo de actividades exercidas sai reforçada se tivermos em conta os meios accionados para obtenção dos trabalhos ocasionais (Quadro 2)<sup>12</sup>. Destaca-se, desde logo, os inquiridos que acederam às actividades por intermédio dos docentes da licenciatura (52,8%) e dos colegas do curso (50,0%). Aspecto indicativo da importância das redes sociais informais neste caso desenvol-

<sup>12</sup> Aos inquiridos foi proposto que dos seis meios utilizados para acederem aos trabalhos ocasionais indicassem unicamente os dois mais importantes. Deste modo, os valores apresentados expressam a percentagem de inquiridos que incluiu cada um dos meios no conjunto dos dois mais importantes.

vidas e geridas no âmbito da própria Faculdade. Subsiste uma prática dos docentes de solicitar a colaboração de estudantes para o desempenho de tarefas específicas e pontuais, no âmbito dos seus projectos de investigação<sup>13</sup>. Embora não seja uma situação marcada pela regularidade, na medida em que está dependente do volume de projectos e de nestes os estudantes assumirem algumas das actividades como tarefeiros, ela conduz à criação de uma espécie de bolsa de emprego, a qual é accionada aquando da necessidade de mão-de-obra. Por outro lado, com valores inferiores encontramos a acção dos familiares e amigos e a resposta a anúncios/concursos. A primeira continua a remeter para as redes informais, enquanto esta última demonstra um comportamento deliberado de procura de emprego, já no espaço alargado do próprio mercado de trabalho.

Quadro 2 - Meios de acesso às actividades ocasionais (%)

Resposta a anúncios/concursos	30,6
Através de conhecimentos de familiares e amigos	41,7
Através de colegas de curso	50,0
Através de colegas de outras escolas superiores	13,9
Pedido directo a empresas ou outras organizações	5,6
Por intermédio dos docentes do curso	52,8

(n= 36)

A aceitação por convite ou a procura das actividades ocasionais pelos estudantes radicam em razões diferenciadas. Estão neste caso: as condições de funcionamento do mercado de trabalho propiciadoras de trabalhos sazonais, assentes geralmente numa flexibilidade contratual e em situações de autêntica precariedade; a obtenção de uma autonomia financeira ou de um complemento pecuniário para fazer face às despesas; a valorização da experiência profissional como elemento que permite um acesso mais rápido e bem sucedido ao emprego regular<sup>14</sup>. Por conseguinte, a par das razões económicas, decorrentes por vezes da insuficiência de recursos materiais por parte das famílias o que, por sua vez, está intimamente relacionado com a democratização do ensino universitário e a ampliação da base social de recrutamento do estudantado universitário, verifica-

<sup>13</sup> Por vezes, o baixo volume de financiamento das investigações e o modo como se estrutura a divisão de trabalho científico tornam necessária a presença, temporária e circunstancial, daqueles tarefeiros. Por outro lado, a banalização que em Portugal caracteriza o regime de trabalho independente (recibos verdes) torna a relação de trabalho perfeitamente enquadrável no plano jurídico.

<sup>14</sup> Por parte dos empregadores, no plano do recrutamento e selecção dos recursos humanos, é frequentemente valorizada a experiência profissional, como um acréscimo de competências face unicamente à formação académica, a eficácia pessoal e de adaptação, a motivação para o trabalho demonstradas por quem acedeu ao mercado de trabalho antes da conclusão do curso.

mos que alguns dos estudantes percebem as actividades ocasionais como momentos de aquisição de competências que possam vir a ser valorizadas pelos futuros empregadores. É um posicionamento estratégico face ao futuro profissional que também permite inserir os estudantes em redes sociais informais passíveis de serem accionadas no momento de acesso ao emprego, em particular a um emprego correspondente à sua formação académica. O facto das actividades de apoio à investigação e pedagógicas serem as eleitas face às administrativas (veja-se Quadro 1) provavelmente decorre daquele posicionamento. No entanto, em termos analíticos, importa considerar que na relação entre a oferta e a procura de emprego o que determina o volume de trabalho e as formas em que o mesmo irá ocorrer são as estratégias accionadas pelos empregadores de trabalhos temporários e esporádicos.

Para além do que ficou dito antes, é também pertinente considerar que a maior ou menor disponibilidade dos jovens face ao trabalho, traduzível pelo grau de adesão à realização das actividades ocasionais, é igualmente uma questão de ordem cultural. Concepções partilhadas pelos jovens e suas famílias de uma separação rígida entre o mundo da universidade e o do trabalho, as quais podem ser fortemente induzidas pela existência de recursos materiais familiares para sustentar a presença do estudante no sistema de ensino, a desvalorização social de actividades laborais não estritamente integráveis dentro dos perfis profissionais a que aspiram, a manutenção de uma situação de dependência económica face à família, são aspectos, entre outros, que induzem posturas mais descentradas e desinteressadas face ao trabalho. Embora seja um conjunto limitado de estudantes que durante a frequência do curso realizaram trabalhos ocasionais (cerca de um terço), afigura-se-nos que tal dado poderá ser lido como uma alteração das avaliações das relações entre o trabalho e a formação académica que os jovens (re)elaboram no quadro da sua vida quotidiana.

Os inquiridos que exerceram uma profissão regular no decurso dos dois últimos anos do curso integram-se na categoria jurídico-administrativa dos trabalhadores-estudantes. Provavelmente a sua entrada no mercado de trabalho ocorreu mesmo antes de ingressarem no curso de sociologia e a opção por este esteve relacionada com a procura de um diploma académico de nível universitário que possibilitasse uma progressão profissional ou então uma mudança para outra profissão. Em ambos os casos estamos perante uma procura, nem sempre bem sucedida, de uma profissão proporcionadora de mais amplos benefícios materiais e sociais. É uma possível estratégia de reclassificação social e que traduz um processo de mobilidade social ascensional intra-geracional. Razões diferenciadas das que caracterizam os alunos que desempenharam actividades ocasionais.

Com efeito, a sua presença regular no mercado de trabalho confere-lhes inevitavelmente propriedades sociais específicas. Maioritariamente exerceram a sua actividade laboral na situação de trabalhadores por conta de outrem (68,3%), sendo os restantes trabalhadores por conta própria<sup>15</sup>. Docentes do ensino básico e secundário e profissionais ligados à administração e serviços destacam-se do conjunto de actividades laborais (Quadro 3). Daqui decorre que predominantemente trabalhavam em organizações da Administração Central, Local e Regional e em Empresas Industriais e de Serviços. Em termos de distribuição por sectores de actividade sobressaem a Educação, a Banca, Seguros e Serviços Financeiros e a Administração Pública. Uma parcela significativa dos trabalhadores-estudantes tinha uma situação contratual estabilizada (48,8%), o mesmo todavia não pode ser afirmado quer para aqueles que tinham um contrato a termo certo (17,1%), quer para os que eram trabalhadores independentes (34,1%).

Quadro 3 - Situação profissional (%)

Profissão principal	
Docentes do Ensino Básico e Secundário	26,8
Especialistas de Profissões Administrativas e Comerciais	9,8
Profissionais Intermédios de Administração e Gestão	39,0
Pessoal Administrativo	9,8
Pessoal de Serviços	14,6
<i>Total</i>	<i>100,0</i>
Estatuto jurídico da organização	
Administração Central, Local e Regional	36,6
Empresas Industriais e de Serviços	48,8
Instituições Particulares de Solidariedade Social	2,4
Outros	12,2
<i>Total</i>	<i>100,0</i>
Natureza do vínculo contratual	
Contrato permanente	48,8
Contrato a termo certo	17,1
Prestação de serviços	34,1
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

(n=41)

Ainda no decurso da frequência dos dois últimos anos curriculares do curso de sociologia alguns dos inquiridos realizaram actividades de formação profissi-

<sup>15</sup> Estes trabalhadores-estudantes tinham uma média etária (34,3 anos) superior à da globalidade da população inquirida (30,2 anos). Aspecto demográfico particular à sua situação profissional e conducente com a sua entrada mais tardia na Universidade.

onal. Referimo-nos à frequência de estágios que abrangeram 13,3% da população. Estágios que ocorreram em instituições diversas - Administração Pública (27,8%), Empresas Industriais e de Serviços (27,2%) e Associações de Desenvolvimento (27,6%). Igualmente 14,1% dos licenciados quando alunos frequentaram cursos de formação profissional. Informática (21,1%), gestão de recursos humanos (21,0%), formação de formadores (10,8%), assuntos empresariais (5,3%) foram as áreas de formação com uma procura significativa.

A conclusão da licenciatura em sociologia constituiu o finalizar de uma trajectória académica que se tinha iniciado para a esmagadora maioria dos nossos inquiridos cinco anos antes. Afigura-se-nos relevante dar conta do momento de entrada no curso. A maioria dos inquiridos (79,3%) declara que o curso de Sociologia da FLUP correspondeu à sua primeira opção de candidatura de ingresso no ensino superior. Dos restantes essa primeira opção situou-se, primordialmente, nos cursos de Direito (28,6%), de Economia, de Relações Internacionais e de Sociologia (outros estabelecimentos de ensino), todos com 14,3%.

Uma aproximação às representações dos inquiridos sobre a licenciatura é-nos fornecida pelo seu posicionamento face às razões de escolha do curso de Sociologia. Tal remete-nos para a problemática mais global dos sistemas de orientações simbólico-culturais que enformam os comportamentos, as opiniões e atitudes dos sujeitos não só face ao curso, e ao papel do ensino na sociedade, como igualmente às próprias dinâmicas sociais. No campo da sociologia portuguesa vários estudos sobre o estudantado têm focado insistentemente as motivações da escolha dos cursos (Almeida, 1988; Ferreira, 1993; Gonçalves, Dias e Lopes, 1995; Gonçalves, Parente e Veloso, 1996), identificando tendências e padrões valorativos predominantes. Em termos da globalidade da população inquirida (Quadro 4)<sup>16</sup>, verifica-se que a "possibilidade de intervenção no âmbito da realidade social" emerge como a razão mais importante. O "interesse pela sociologia como disciplina científica" e o "acesso a uma profissão que permita a satisfação e realização pessoal" são as referidas imediatamente a seguir. Se a razão predominante expressa claramente uma orientação valorativa sociocentrada, esta última perfila-se como um valor de natureza egocentrada, em que se valorizam os aspectos voltados para o próprio sujeito. Com os valores mais baixos estão a "aspiração de alcançar um estatuto social mais elevado" e a "impossibilidade de aceder a outro curso superior".

<sup>16</sup> Em termos analíticos, os resultados apresentados expressam as razões de acesso ao curso por parte dos inquiridos já na condição de licenciados e portadores de uma trajectória profissional que inevitavelmente enformou a avaliação retrospectiva que os mesmos fizeram no momento da inquirição.

Quadro 4 - Razões de escolha do curso de Sociologia da FLUP (%)

Licenciados em sociologia: ritmos e formas de transição ao trabalho

Quadro 4 - Razões de escolha do curso de Sociologia da FLUP (%)

---

Interesse pelas disciplinas ministradas	23,0
Acesso a uma profissão qualificada	21,5
Melhoria dos conhecimentos e competências individuais	40,0
Possibilidade de intervenção no âmbito da realidade social	56,3
Interesse pela sociologia como disciplina científica	51,1
Acesso a uma profissão que permita a satisfação e realização pessoal	50,4
Obtenção do grau académico de licenciado	20,7
Possibilidade de vir a participar no processo de desenvolvimento social do país	26,7
Impossibilidade de aceder a outro curso superior	3,0

---

Aspiração de alcançar um estatuto social mais elevado 0,7

(n= 135)

Por outro lado, é igualmente possível detectar que a par da importância dos\* valores de recompensa moral (que se confinam às possibilidades de intervenção social e de participação no processo de desenvolvimento do país, bem como à valorização da ciência), os respondentes destacam a procura de recompensas intrínsecas (melhoria dos conhecimentos e competências, satisfação e realização pessoal), não excluindo as recompensas extrínsecas (profissão qualificada, obtenção de uma titulação académica). Em suma, estamos perante uma população em que os valores sociocentros, as recompensas morais e intrínsecas detêm uma importância significativa, o que é de certo modo caracterizador do perfil de estudante de uma licenciatura em sociologia, em que se destaca o "interesse pelo social e pelas dinâmicas de mudança, que poderá estar ligado aos próprios processos de construção social da vocação destes estudantes" (Gonçalves, Dias e Lopes, 1995:193).

Nas últimas décadas as transformações económicas, o acréscimo da competitividade entre empresas, a desregulamentação, formal e informal, do mercado de trabalho, a segmentação do mercado de trabalho, a expansão do desemprego, a flexibilização e precariedade do emprego têm, entre outros aspectos, conduzido a uma crescente complexificação dos processos de transição ao trabalho por parte dos jovens. Para o contexto europeu vários estudos apontam-nos para as novas situações que emergiram nos pós anos 70 (Rose, 1999; Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger, 1995; Alaluf *et ai*, 1987). Embora assumindo particularidades nacionais, ressaltam destes estudos determinados aspectos: o alongamento do tempo de procura do primeiro emprego; o aumento do peso do desemprego juvenil no seio quer do desemprego total, quer do desemprego de longa duração; a precariedade a que está sujeita uma parcela importante dos jovens em termos de vínculo jurídico e duração dos contratos de trabalho;

(n= 135)

Por outro lado, é igualmente possível detectar que a par da importância dos\* valores de recompensa moral (que se confinam às possibilidades de intervenção social e de participação no processo de desenvolvimento do país, bem como à valorização da ciência), os respondentes destacam a procura de recompensas intrínsecas (melhoria dos conhecimentos e competências, satisfação e realização pessoal), não excluindo as recompensas extrínsecas (profissão qualificada, obtenção de uma titulação académica). Em suma, estamos perante uma popula-

ção em que os valores sociocentros, as recompensas morais e intrínsecas de-  
têm uma importância significativa, o que é de certo modo caracterizador do  
perfil de estudante de uma licenciatura em sociologia, em que se destaca o "inte-  
resse pelo social e pelas dinâmicas de mudança, que poderá estar ligado aos  
próprios processos de construção social da vocação destes estudantes" (Gonçal-  
ves, Dias e Lopes, 1995:193).

Nas últimas décadas as transformações económicas, o acréscimo da  
competitividade entre empresas, a desregulamentação, formal e informal, do  
mercado de trabalho, a segmentação do mercado de trabalho, a expansão do  
desemprego, a flexibilização e precariedade do emprego têm, entre outros as-  
pectos, conduzido a uma crescente complexificação dos processos de transição  
ao trabalho por parte dos jovens. Para o contexto europeu vários estudos apon-  
tam-nos para as novas situações que emergiram nos pós anos 70 (Rose, 1999;  
Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger, 1995; Alaluf *et ai*, 1987). Embora assu-  
mindo particularidades nacionais, ressaltam destes estudos determinados aspec-  
tos: o alongamento do tempo de procura do primeiro emprego; o aumento do  
peso do desemprego juvenil no seio quer do desemprego total, quer do desem-  
prego de longa duração; a precariedade a que está sujeita uma parcela importan-  
te dos jovens em termos de vínculo jurídico e duração dos contratos de trabalho;



as trajetórias profissionais entrecortadas com períodos de emprego, formação, desemprego e inatividade, marcadas pela instabilidade; situações de desadequação entre formação escolar e tarefas laborais. Encontramo-nos, por conseguinte, num contexto social e económico em que se observa uma pluralidade de processos de entrada na vida activa, de natureza não linear, o que de certo modo caracterizou o modelo de relações entre a escola e o trabalho, por exemplo, nos anos 60.

Um dos principais indicadores sobre o acesso ao mercado de trabalho materializa-se no tempo que demora a obtenção do primeiro emprego regular<sup>17</sup>, o que alguns autores denominam de velocidade de inserção (Alaluf *et ai*, 1987). No caso dos nossos inquiridos só uma escassa parcela dos mesmos começou a trabalhar logo após a finalização da licenciatura (8,8%), a maioria fê-lo no decurso dos primeiros seis meses (38,6%). Unicamente 3,7% (5 licenciados) nunca obtiveram emprego até à data de aplicação do inquérito. Situação que podemos referenciar de pouco expressiva, o mesmo, contudo, já não pode ser avançado para os desempregados de longa duração (13 e mais meses) que atingem os 14,1%.

Quadro 5 - Tempo de espera ao primeiro emprego regular (%)

Começou logo a trabalhar	8,8
1 a 3 meses	23,0
4 a 6 meses	15,6
7 a 9 meses	8,1
10 a 12 meses	6,7
13 e mais meses	14,1
Permaneceu no mesmo emprego	20,0
Nunca obteve emprego	3,7
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

(n= 135)

Perante estes dados, a nossa população poderá ser segmentada em dois blocos: aqueles que passaram da condição de estudantes para a de trabalhadores (28,8%, o que inclui aqueles que se mantiveram a trabalhar na mesma empresa/organização); os outros que vivenciaram uma condição, temporalmente limitada, de desempregados à procura do primeiro emprego regular (71,1%). Para os últimos, o seu processo de transição foi desde logo marcado pelo desemprego: o

<sup>17</sup> Encontram-se neste caso os empregos que são exercidos de modo não esporádico e intermitente independentemente da situação na profissão, do volume da remuneração, do número de horas de trabalho e da natureza do vínculo contratual quando este existe.

denominado desemprego de inserção (Alves, 2000:85).

Atendendo a que não estamos a trabalhar com uma coorte específica, mas sim com uma população que se licenciou entre 1989 e 1997, importa ter em consideração o modo como a procura de emprego se diferenciou ao longo deste arco temporal.

Quadro 6 - Tempo de espera pelo primeiro emprego por anos de conclusão da licenciatura (%)

	1989e1990	1992e1993	1994e1995	1996 e1997
Começou logo a trabalhar	23,8	3,3	2,5	11,4
1 a 3 meses	23,8	33,3	12,5	25,0
4 a 6 meses	14,3	10,0	17,5	18,2
7 a 9 meses	14,3	6,7	7,5	6,8
10 a 12 meses	4,8	6,7	15,0	-
13 e mais meses	9,5	20,0	22,5	4,5
Permaneceu no mesmo emprego	9,5	16,7	20,0	27,3
Nunca obteve emprego	-	3,3	2,5	6,8
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
	(n=21)	(n=30)	(n=40)	(n=44)

Na relação entre o tempo de procura do primeiro emprego regular e o ano de conclusão do curso<sup>18</sup> subsistem alguns aspectos de relevo. Entre o conjunto dos licenciados em 1989 e 1990 verifica-se uma percentagem mais elevada daqueles que acederam ao emprego imediatamente após a titulação académica. Esse valor desce significativamente nos quatro anos posteriores, para inflectir no sentido da subida em 1996 e 1997. Por seu turno, encontramos uma situação parcialmente inversa quanto ao desemprego de longa duração (DLD). A proporção de licenciados nessa situação aumenta de modo expressivo entre 1992 e 1995, vindo a decrescer em 1996 e 1997. Embora não seja visível um padrão de relação, é plausível admitir face aos dados disponibilizados que as principais diferenças subsistem entre, por um lado, o conjunto dos primeiros licenciados em Sociologia da FLUP - anos de 1989 e 1990 - e os últimos anos, e, por outro lado, os anos intermédios. Estamos, por conseguinte, face a um panorama marcado, de certa forma, pela irregularidade e que se foi moldando num período em que se assistiu, no país, a um aumento importante, nomeadamente a partir de 1992, da taxa de desemprego global, da taxa de desemprego juvenil e da taxa de

<sup>18</sup> Para efeitos da análise agregamos os anos dois a dois, tendo presente que entre eles não subsistem importantes mudanças ao nível da evolução do desemprego global no país.

DLD, invertendo assim uma tendência de abrandamento do peso do desemprego iniciada seis anos antes<sup>19</sup>. Não dispomos de informação detalhada, nem a nossa população apresenta uma dimensão que nos possibilite equacionar a existência de correspondência entre o desemprego de inserção acima apontado e o desemprego global; contudo é de realçar, como mera pista indicativa, que, por exemplo, subsiste paralelismo entre a evolução do DLD dos licenciados em sociologia e a taxa de DLD global dos 14 aos 24 anos<sup>20</sup>.

A constatação acima apontada que nos indica que para os primeiros licenciados do curso (1989 e 1990), a entrada na vida activa foi menos penalizante, em termos de tempo de espera, face aos outros, poderá traduzir, em simultâneo, dois aspectos principais: a indução de empregos para esses licenciados decorrente do próprio aparecimento no mercado de trabalho da nova formação académica em sociologia, em especial ao nível da Área Metropolitana do Porto e da própria Região Norte; a pré-existência de um stock de empregos não preenchidos até ao momento e que se foi esgotando, de modo célere nos anos posteriores a 1992<sup>21</sup>.

De certo modo antecipando o tempo de espera ao primeiro emprego, os licenciados à saída do curso apresentavam um nível bastante comedido de expectativas face ao seu futuro trabalho como sociólogos. Com efeito, somente 36,3% tinham expectativas satisfatórias e 5,9% bastante satisfatórias, enquanto para 33,3% elas eram pouco satisfatórias e para 24,1% más ou bastante más. Antecipavam, portanto, as dificuldades que sentiriam para obter um emprego. Dificuldades que se concentram na "fraca oferta de empregos para licenciados em sociologia" (Quadro 7), seguida do "desinteresse dos responsáveis pelas organizações pelas actividades dos licenciados em sociologia". Assim, as principais dificuldades são atribuídas às práticas de gestão dos recursos humanos por parte das organizações, no sentido em que revelam o desconhecimento do potencial de saberes e competências dos sociólogos. Não são as propriedades sócio-profissionais dos próprios inquiridos que são mais valorizadas (a "falta de

<sup>19</sup> Em 1989, a taxa de desemprego global era de 5,0%. Em 1992, situava-se nos 4,1%, evoluindo para 7,3% em 1997. No caso da taxa de desemprego juvenil (14-24 anos) era de 10,0% naquele ano para atingir os 14,8% passados cinco anos. Por seu turno, a taxa de DLD mais que duplicou entre 1992 e 1997 (cresceu dos 1,1% para os 2,9%). Consulte-se Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística.

<sup>20</sup> Note-se, ainda, que não obstante as dificuldades de inserção profissional que neste período se verificaram para os indivíduos com um curso superior, a correspondente taxa de desemprego, entre 1992 e 1995, respectivamente de 3,3% e 8,1%, foi inferior à taxa de desemprego global da população dos 15 aos 34 anos, situada para esses mesmos anos em 6,7% e 10,4% (veja-se PNE, 2000:133). A evolução assim registada vem mais uma vez corroborar a tese de que a vulnerabilidade ao desemprego é menor para aqueles que possuem um elevado nível de instrução.

<sup>21</sup> Retenha-se que o número de licenciados em sociologia até ano lectivo de 1991/92 era de 1652. Cf. Marques e Veiga (1992).

experiência profissional" fica pelos 28,4%). Tal postura remete-nos para uma concepção do desemprego não como uma questão do foro individual, mas sim decorrente do modo como o mercado de trabalho funciona e está organizado. Concepção que é destacada por estudos sobre o significado atribuído ao desemprego (Pais, 1998). Por outro lado, a própria formação académica em sociologia, fortemente impregnada por uma perspectiva não individualista e globalizante do social, em muito contribuirá para (re)produzir uma interpretação socialmente determinística sobre as questões do emprego e do desemprego.

Quadro 7 - Dificuldades de acesso ao primeiro emprego (%)

Falta de experiência profissional	28,4
Excesso de licenciados em Sociologia	5,3
Desinteresse dos responsáveis pelas organizações pelas actividades dos licenciados em Sociologia	43,2
<b>Fraca oferta de empregos para licenciados em Sociologia</b>	<b>70,5</b>
<hr/>	
Falta de experiência profissional	28,4
Excesso de licenciados em Sociologia	5,3
Desinteresse dos responsáveis pelas organizações pelas actividades dos licenciados em Sociologia	43,2
<b>Fraca oferta de empregos para licenciados em Sociologia</b>	<b>70,5</b>

(11=95)

No decurso do tempo de procura do primeiro emprego, somente 36,2% dos que se encontravam desempregados realizaram trabalhos ocasionais. Se observarmos quais os tipos de actividades (Quadro 8), sobressaem as de apoio à investigação e as pedagógicas, quer isoladas, quer combinadas entre si. Subjacente ao acesso a tais actividades estão provavelmente as redes sociais informais, sediadas na Faculdade, na família ou nos grupos de amigos.

Quadro 8 - Tipos de actividades ocasionais exercidas durante o período de acesso ao primeiro emprego (%)

(n=95)

No decurso do tempo de procura do primeiro emprego, somente 36,2% dos que se encontravam desempregados realizaram trabalhos ocasionais. Se observarmos quais os tipos de actividades (Quadro 8), sobressaem as de apoio à investigação e as pedagógicas, quer isoladas, quer combinadas entre si. Subjacente ao acesso a tais actividades estão provavelmente as redes sociais informais, sediadas na Faculdade, na família ou nos grupos de amigos.

Quadro 8 - Tipos de actividades ocasionais exercidas durante o período de acesso ao primeiro emprego (%)

Pedagógicas	13,9
Apoio à investigação	41,7
Administrativas e comerciais	8,3
Pedagógicas e de apoio à investigação	11,1
Apoio à investigação e administrativas e comerciais	11,1
Outras	13,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
<hr/>	
Pedagógicas	13,9
Apoio à investigação	41,7
Administrativas e comerciais	8,3
Pedagógicas e de apoio à investigação	11,1
Apoio à investigação e administrativas e comerciais	11,1

Outras	13,9
<u>Total</u>	<u>100,0</u>
(n=36) (n=36)	

Como antes referenciámos, a expansão do desemprego na Europa, nas duas últimas décadas, foi acompanhada pelo aumento do desemprego juvenil e pelo continuado alongamento do tempo de espera para aceder ao primeiro emprego. Deste modo, consideramos que um momento por excelência da transição ao trabalho encontra-se no acesso ao primeiro emprego. Em termos de reconhecimento social consubstancia a entrada na vida activa, o corte com o estatuto de estudante, pelo menos no sentido em que este detinha uma posição predominante. Para se compreender aquele acesso é importante dar conta dos meios que foram accionados pelos próprios licenciados. Como se pode reter do Quadro 9, 38,4% dos respondentes obteve o primeiro emprego através de "anúncios e concursos", a seguir está outro meio, de natureza diferenciada do anterior, "familiares e amigos" com 20,0%. Digamos que esta polarização retrata globalmente o modo de funcionamento do mercado de trabalho e confirma dados avançados em outros estudos sobre a transição ao trabalho (Gonçalves, Parente e Veloso, 1996:74; Alves, 2000:90; Arroiteia e Martins, 1998:37; Inofor, 2000:37). Por um lado, temos os denominados meios formais em que estão incluídos um conjunto de práticas que exige uma certa formalização de procedimentos e uma possível concorrência entre potenciais candidatos - auto-proposta, anúncios e concursos, inscrição nos Centros de Emprego, colocação por via de instituição de formação e de estágio profissional - que englobam 60,0% da nossa população. Por outro lado, estão os meios informais - familiares e amigos, colegas e docentes de curso - que representam 35,2% dos licenciados<sup>22</sup>. Este último valor é indicativo do recurso por parte dos candidatos ao seu capital social para mobilizar e accionar as relações de interconhecimento e de inter-reconhecimento que possuem (Bourdieu, 1980). As redes de relações sociais informais detêm um importante papel no acesso ao emprego como demonstram investigações empíricas sobre a articulação dessas redes com as dinâmicas do mercado de trabalho (Santos, 1991). No caso do restrito campo de potencialidades de emprego para licenciados em sociologia, que aspiram ao desempenho de actividades consonantes com a sua formação académica, observa-se, por conseguinte, não só a importância dos meios informais, mas igualmente uma prática, de cariz estratégico, de mobilização, em simultâneo, dos dois tipos de meios.

---

<sup>22</sup> É plausível considerarmos metodologicamente que tal valor peca por defeito, na medida em que a assumpção explícita, no preenchimento de um inquérito por questionário, dessa prática acaba por não acontecer na medida em que não é objecto de um reconhecimento positivo no plano social, embora fortemente recorrente na vida social quotidiana.

Quadro 9 - Meios de acesso ao primeiro emprego (%)

Auto-proposta	7,2
Anúncios e concursos	38,4
Familiares e amigos	20,0
Colegas e docentes do curso	15,2
Inscrição no Centro de Emprego	2,4
Através de instituições de formação profissional	6,4
Após estágio	5,6
Outros	4,8
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

(n= 125)

No acesso ao primeiro emprego regular, a intervenção do Estado, por intermédio de programas específicos de inserção na vida activa, abrangeu 16,9% dos inquiridos<sup>23</sup>. Facto, em si, mais do que enunciativo do papel que durante o período em análise teve a intervenção directa no mercado de trabalho, em especial criando as condições para uma maior empregabilidade dos licenciados.

Para a maioria dos licenciados (62,3%), o estatuto de assalariado caracterizou o seu emprego após a conclusão do curso, enquanto os restantes assumiram o de trabalhador por conta própria. Por outro lado, subsiste uma pluralidade de papéis profissionais exercidos pelos licenciados (Quadro IO)<sup>24</sup>. É sintomático o forte peso dos que se auto-designam como sociólogos (32,0%), que executam tarefas ligadas à investigação social ou mesmo à intervenção sociológica fundamentada. Igualmente se destacam os docentes do ensino superior (11,7%), a quase totalidade a leccionar na área dos saberes sociológicos, e os docentes do ensino básico e secundário (10,2%). A categoria de outros especialistas das profissões científicas e técnicas (10,9%) engloba um conjunto de sujeitos que executam, na administração pública e nas empresas industriais e de serviços, funções de carácter técnico de assessoria e de intervenção social. O volume de inquiridos (7,9%) a trabalharem na formação profissional e em recursos humanos é significativo de uma área de importância para a profissionalização dos licenciados em sociologia. A existência de licenciados nas categorias de pessoal administrativo (16,4%) e de pessoal de serviços (3,8%) pode ser tomado como

<sup>23</sup> Retenha-se que do total dos inquiridos cujos empregos foram subsidiados, 33,3% reconhecem-se como sociólogos, surgindo as empresas industriais e de serviços (26,7%) e as instituições particulares de solidariedade social (20,0%) como as principais organizações de inserção.

<sup>24</sup> Desde logo ressalta que o perfil da estrutura ocupacional não se encontra dissonante do que caracteriza os membros da APS (Machado, 1996:71).

indicativo de uma situação de sobrequalificação académica. Fraca dinâmica económica incapaz de gerar emprego, estratégia de recrutamento da mão-de-obra por parte das organizações, ineficiência das políticas públicas de criação de emprego para os diplomados, redução dos fundos e das actividades do Estado no âmbito das questões sociais (que atinge particularmente os licenciados em sociologia), forte expansão da produção de licenciados pelas instituições de ensino, opção por razões de sobrevivência humana e social de empregos de qualidade técnico-organizativa disjuntos das competências escolares e das aspirações profissionais dos jovens recém-licenciados, são alguns dos factores sociais que, de modo interdependente, conduzem à sobrequalificação. Factores que, por sua vez, pulverizam de obstáculos à transição ao trabalho dos licenciados, em termos de obtenção de um emprego consonante com a sua formação académica. Embora voltemos a abordar esta questão, é de referir desde já que para 69,1% dos inquiridos a titulação académica em sociologia foi importante para conseguir o primeiro emprego regular.

Quadro 10 - Profissão e vínculo contratual do primeiro emprego (%)

Profissão principal	
Directores de empresas e Quadros Superiores da Administração Pública	1,6
Docentes de Ensino Superior	11,7
Docentes do Ensino Básico e Secundário	10,2
Técnicos de Formação Profissional	6,3
Técnicos de Recursos Humanos	1,6
Sociólogos	32,0
Outros Especialistas das Profissões Científicas e Técnicas	10,9
Profissionais Intermédios de Administração e Gestão	5,5
Pessoal Administrativo	16,4
Pessoal dos Serviços	3,8
<i>Total</i>	<i>100,0</i>
Vínculo contratual	
Contrato permanente	22,7
Contrato a termo certo	36,7
Prestação de serviços	39,8
Sem contrato	0,8
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

(n= 128)

Para uma ampla maioria dos licenciados a sua primeira vivência laboral ocorreu marcada pela precariedade contratual. Somente 22,7% detinha uma relação contratual estável, os restantes repartiam-se pelos contratos a termo certo



(36,7%) e pelo regime de prestação de serviços (39,8%). Encontramos, assim, uma população fortemente marcada pela precariedade laboral - uma das principais características que assumiu o primeiro emprego dos licenciados em sociologia. No âmbito da evolução do mercado de trabalho no nosso país, nas últimas décadas, aquelas duas formas de relação jurídica laboral têm funcionado como instrumentos de flexibilização quantitativa do emprego, em especial quanto ao seu volume, custos e tempo de trabalho. Instrumentos que são assumidos pelos discursos neo-liberais sobre a economia e o social como cruciais para o crescimento e competitividade das empresas num contexto de forte internacionalização das trocas comerciais (Gonçalves, 2000). Para os jovens em geral, e em particular para os diplomados, cada vez mais se observa que o início da sua trajectória profissional assenta em contratos a termo certo e em contratos de prestação de serviços (recibos verdes), deixando cada vez mais de serem considerados como situações excepcionais para se assumirem socialmente como naturais, inevitáveis e, portanto, inquestionáveis (Freire, 2000 e Alves, 1998). Assim, institui-se quase um período probatório, marcado pela insegurança e pela incerteza face ao futuro.

Como se pode observar no quadro anterior, o peso dos recibos verdes é importante e correlativamente o dos trabalhadores por conta própria sem pessoal ao seu serviço. Como estudos recentes apontam (Vaz, 1997; Lopes e Fiolhais, 1998; Dornelas, 1999), um dos elementos de flexibilização do emprego em Portugal tem passado pela incorporação naquele conjunto de sujeitos com ocupações que no passado recente se englobavam na figura jurídica de trabalhadores por conta de outrem. Para Freire (1995) e Varanda (1993) o incremento do designado trabalho independente é perspectivado pelos sujeitos como uma estratégia de (re)inserção no mercado de trabalho, em particular em momentos de recessão económica e de subida do desemprego. Contudo, defendemos que o principal vector que tem induzido à expansão do trabalho independente encontra-se nas estratégias de gestão de mão-de-obra por parte das empresas e de outras organizações de flexibilização do emprego, de modo a reduzir os custos salariais e a potenciar um ajustamento mais *eficaz* entre o volume da produção de bens e serviços e o volume e as qualificações da mão-de-obra necessária. Estamos, por conseguinte, face a uma prática plenamente assumida no quadro da sociedade portuguesa de externalização do trabalho.

Uma análise mais fina dos dados do inquérito permitiu-nos detectar - pelo cruzamento entre a situação na profissão, a profissão, a função desempenhada e o vínculo laboral - que, do conjunto dos inquiridos no regime de prestação de serviços, a maioria (80,4%) pode ser considerada como falsos independentes ou,

usando outro registo, assalariados ocultos - esta é outra das características principais do primeiro emprego dos licenciados. Aquelas noções remetem para uma situação laboral em que genericamente os licenciados em sociologia executam funções, cumprem horários de trabalho, têm objectivos a cumprir e reportam a uma cadeia hierárquica previamente definida em tudo idênticos aos assalariados, só que têm perante a organização, pública ou privada, em que estão inseridos uma relação jurídica baseada num contrato de prestação de serviços. Tal forma de trabalho, que podemos designar de atípica, tem sido recorrentemente usada entre nós, ao arripio da moldura jurídica que fundamenta e legitima o trabalho independente, como mero estratagema de flexibilização do volume do emprego, de compressão dos custos da mão-de-obra, conduzindo à insegurança laboral.

Perante estes dados, afigura-se-nos relevante no âmbito dos objectivos do presente artigo caracterizarmos os respondentes com uma situação contratual precária. Da análise do Quadro 11, podemos concluir: em termos de contrato a termo certo, a profissão com o peso relativo mais elevado é a dos sociólogos, seguida distanciadamente da dos docentes do ensino superior; quanto ao assalariamento oculto a situação é genericamente idêntica. As Empresas Industriais e de Serviços, as Instituições Particulares de Solidariedade Social e a Universidade Pública concentram uma parte importante dos licenciados que têm um vínculo contratual a termo certo, mas já ao nível do assalariamento oculto as empresas apresentam o valor modal, não deixando o Ensino Básico e Secundário, o Politécnico Privado, as Instituições Particulares de Solidariedade Social e as Associações de Desenvolvimento de terem uma presença importante de assalariados ocultos.

Quadro 11 - Profissão e tipo de organização dos inquiridos em situação laboral precária no primeiro emprego (%)

	Contrato a termo certo	Assalariamento oculto
<b>Profissão principal</b>		
Docentes do Ensino Superior	19,1	14,6
Docentes do Ensino Básico e Secundário	8,5	12,1
Técnicos de Formação Profissional	6,4	4,9
Técnicos de Recursos Humanos	2,1	-
Sociólogos	44,7	29,3
Outros Especialistas das Profissões Científicas e Técnicas	4,3	12,2
Profissionais Intermédios de Administração e Gestão	-	9,8
Pessoal Administrativo	12,8	12,2
Pessoal dos Serviços	2,1	4,9
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
<b>Tipo de organização</b>		
Universidade Pública	17,0	2,5
Universidade Privada	2,1	2,5
Politécnico Público	-	2,5
Politécnico Privado	-	10,0
Ensino Básico e Secundário	10,6	15,0
Centros de Investigação	4,3	2,5
Empresas Industriais e de Serviços	19,1	27,5
Administração Central	10,6	2,5
Administração Regional	-	5,0
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	10,6	7,5
Instituições Particulares de Solidariedade Social	17,1	10,0
Associações de Desenvolvimento	4,3	10,0
Outro Estatuto	4,3	2,5
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Em termos de sectores de actividade onde se inseriram os licenciados no seu primeiro emprego regular (Quadro 12), assumem um maior peso a Educação (28,9%), a Saúde e Acção Social (19,5%), a Administração Pública e as Actividades Recreativas, Culturais e Desportivas (ambas com 11,7%). Uma outra perspectiva sobre os espaços de inserção profissional dos inquiridos está expressa no tipo de organização em que eles exerceram a sua actividade laborativa. A diversidade de instituições de inserção surge como uma outra das conclusões a reter sobre o primeiro emprego no processo global de transição ao trabalho. Diversidade que pode ser tomada, por sua vez, como indicador da capacidade de penetração dos licenciados no mercado de trabalho, o que não exclui que tenha sido

a própria dinâmica do mercado de trabalho a criar essa diversidade. As Empresas Industriais e de Serviços, a Administração Central, Regional e Local<sup>25</sup> e as instituições de ensino superior (universitário e politécnico) assumem valores expressivos e superiores aos dos outros tipos de organizações. É relevante o peso de licenciados a trabalharem em Instituições Particulares de Solidariedade Social (a exercerem funções, por exemplo, nos programas de luta contra a pobreza) e no Ensino Básico e Secundário.

---

<sup>25</sup> A actividade dos licenciados no poder local, que se tem vindo a expandir em termos quantitativos e em áreas de intervenção, encontra-se documentada em Banha (1999). Por sua vez, Ribeiro (1994) apresenta uma sugestiva análise sobre os perfis-tipo de exercício dos sociólogos nas autarquias.

Quadro 12 - Sector de actividade, tipo e dimensão das organizações do primeiro emprego (%)

Sector de actividade	
Indústrias Transformadoras	7,0
Comércio, Transportes, Correios e Telecomunicações	5,5
Intermediação Financeira e Seguros	6,3
Investigação e Desenvolvimento	5,5
Administração Pública	11,7
Educação	28,9
Saúde e Acção Social	19,5
Actividades Recreativas, Culturais e Desportivas	11,7
Outras Actividades de Serviços	3,9
<i>Total</i>	<i>100,0</i>
(n= 128)	
Tipo de organização	
Universidade Pública	7,8
Universidade Privada	2,3
Politécnico Público	1,6
Politécnico Privado	3,1
Ensino Secundário Profissional e Básico	12,5
Centros de Investigação	3,1
Empresas Industriais e de Serviços	25,8
Administração Central	6,3
Administração Regional	3,9
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	7,8
Instituições Particulares de Solidariedade Social	14,1
Associações de Desenvolvimento	5,5
Outras	6,2
<i>Total</i>	<i>100,0</i>
(n= 128)	
Dimensão da organização	
menos de 20 trabalhadores	31,0
20 a 99 trabalhadores	8,3
100 a 199 trabalhadores	10,7
200 a 494 trabalhadores	13,1
500 e mais	100,0
<i>Total</i>	<i>100,0</i>
(n=84)	

A apreensão mais fina desta questão levou-nos a considerar a evolução da entrada no mercado de trabalho de acordo com o estatuto jurídico da organiza-

<sup>26</sup> Procedemos à agregação de algumas das organizações, como igualmente dos anos de licenciatura, pelas razões já apontadas.

ção e com os anos de licenciatura (Quadro 13)<sup>26</sup>. Subsistem alterações ao longo

do tempo -1989 a 1997 - na distribuição dos inquiridos pelas diferentes organizações. Progressivamente o ensino superior deixa de ser o espaço profissional primordial de entrada no trabalho, para dar lugar a outros de natureza diversa. Se uma parcela importante (47,7%) dos dois primeiros contingentes de licenciados da FLUP se integraram, no início da sua via laborai, em instituições do ensino superior, os inquiridos que se titularam nos anos posteriores vão fazê-lo nas empresas (passa de 9,3% em 1989 e 1990 para 31,6% em 1996 e 1997), na Administração Local (de 4,8% para 15,8%, respectivamente naqueles anos) e nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (de 14,3% para 21,1%), para referirmos as transformações mais importantes.

Quadro 13 - Tipo de organização do primeiro emprego por anos de conclusão da licenciatura(%)

	1989	1992 e1993	1994e1995	1996 e1997
Ensino Superior	47,7	17,1	7,9	-
Ensino Secundário, Profissional e Básico	4,8	10,3	21,1	10,5
Centros de Investigação	4,8	-	5,3	2,6
Empresas Industriais e Serviços	9,3	20,7	34,2	31,6
Administração Central e Regional	14,3	6,9	13,1	7,9
Administração Local	4,8	10,4	-	15,8
Instituições Particulares de Solidariedade Social	14,3	13,8	7,9	21,1
Associações de Desenvolvimento	-	17,3	2,6	2,6
Outros	-	3,5	7,9	7,9
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
	(n=21)	(n=29)	(n= 38)	(n= 38)

A evolução apontada poderá ser tomada como demonstrativa de que o processo de profissionalização dos licenciados inquiridos vem ocorrendo cada vez mais em instituições não ligadas ao ensino superior, sendo enformado por dois movimentos de sentido contrário: progressivo esgotamento da capacidade de absorção de licenciados em sociologia, na qualidade de docentes, pelas universidades e politécnicos, após o período de intenso crescimento, em particular do sub-sector privado, na transição dos anos 80 para os 90; acréscimo do volume de empregos disponíveis para os licenciados em outras organizações, o que provavelmente corresponde a uma procura das competências dos licenciados em sociologia mais consonante com a modernização das mesmas ou então induzida pela aplicação directa dos fundos comunitários.

Subsiste um certo paralelismo com o próprio percurso que tomou o processo de profissionalização dos sociólogos em Portugal, em que paulatinamente se reduziu o peso percentual daqueles que trabalham no ensino superior e na inves-

tigação, em benefício do acréscimo da inserção nos vários órgãos da Administração Pública, nas Empresas Industriais e de Serviços, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e nas Associações de Desenvolvimento regional e local. É, portanto, um percurso marcado pela ampliação da diversidade institucional em que os sociólogos trabalham, o que correlativamente é um poderoso indicativo do aumento e diversificação das procuras sociais dos conhecimentos sociológicos<sup>27</sup>.

Analisados que foram os principais indicadores sobre o primeiro emprego regular, passamos agora à avaliação que os inquiridos fazem da compatibilidade entre a sua formação académica em sociologia e a função que desempenharam no âmbito daquele emprego. Não é este propriamente o espaço para uma reflexão aprofundada sobre o tema recorrente da relação entre curso e profissão. A complexificação da divisão do trabalho nas organizações, os modos como se utilizam os conhecimentos científicos nessas organizações, os objectivos e as condições que enformam a formação académica, o tipo de perfis de licenciados produzidos pelo sistema de ensino, o grau de modernização tecnológica e organizacional das empresas, as estratégias de fechamento do mercado dos serviços profissionais por parte das instâncias de representação política das profissões são, entre outros, factores que devem entrar no equacionamento daquela relação. Para além disto, quando são os próprios licenciados a avaliar como a sua actividade profissional se relaciona com a formação académica que detêm, entramos no domínio das representações e expectativas sociais face à sua vivência profissional. Assim, e no caso do nosso estudo, tal avaliação está directamente influenciada quer pelo modo como o inquirido se identifica com a sociologia, quer pelo perfil tipo-ideal de actividade profissional do sociólogo que ele reconhece como um "bom exemplo" identificador. Retomaremos esta questão mais à frente; por agora importa observar o posicionamento dos licenciados face ao primeiro emprego:

<sup>27</sup> Sobre o processo de profissionalização dos sociólogos, para além de outros, tenha-se em devida nota o contributo de Machado (1996).

Quadro 14<sup>28</sup> - Razões apontadas sobre a compatibilidade entre a formação académica e a função de desempenhada no primeiro emprego (%)

Sim, conhecimentos sociológicos e relacionais necessários para a execução da função	74,6
Sim, necessidade de deter uma formação académica de nível superior	7,3
Sim, fornecimento de instrumentos para actuação na área da gestão dos recursos humanos	6,0
Não, os conhecimentos académicos são insuficientes	4,8
Não, formação académica diferente do conteúdo da função	7,3
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

(n=83)

A maioria reconhece que a sua formação em sociologia era compatível com a função que desempenhava. Todavia, à resposta positiva subjazem razões específicas - destaca-se a que elige os conhecimentos sociológicos e relacionais como fundamentais para a actividade laboral (74,6%). Afigura-se-nos que tal valor é fortemente expressivo de uma estreita relação entre o curso e a profissão e, por sua vez, um dos indicadores de estarmos perante empregos cujo espaço de actuação qualifica os sujeitos na medida em que lhes possibilita e exige o accionamento dos conhecimentos da sua área de formação académica. Em contrapartida, os 12,1% que declaram a inexistência de uma relação entre o curso e a função testemunham provavelmente as dificuldades que atravessa o processo de transição ao trabalho dos licenciados em sociologia.

## 2. Situação sócio-ocupacional em Setembro de 1998

Analisado que foi, nos seus principais traços, o primeiro emprego regular dos licenciados em Sociologia, interessa-nos agora conhecer a situação sócio-ocupacional que os mesmos tinham no momento da inquirição (Setembro de 1998). Em termos de estratégia de exposição, abordaremos os aspectos fundamentais que nos poderão possibilitar uma panorâmica geral daquela situação.

A esmagadora maioria dos 135 licenciados ocupavam um emprego (94,8%), os restantes encontravam-se desempregados (4,4%) ou a estudar (0,7%). O baixo volume do desemprego emerge como um factor positivo da trajectória profissional dos licenciados<sup>29</sup>. Focalizando a nossa atenção na população empregada, constatamos que predomina a situação de assalariamento (79,1%). Os trabalhadores por conta própria representam 20,2% e os patrões 0,8% do total. Como

<sup>28</sup> Como é indicado no Quadro 14, somente 64,3% do total dos inquiridos se pronunciaram, apresentando as respectivas razões, sobre a existência ou não de compatibilidade entre a formação académica e a função desempenhada. O volume das não respostas implica que tenhamos que considerar a leitura dos dados com alguns cuidados.

<sup>29</sup> O número total de desempregados é de 6; destes, 5 nunca encontraram emprego após a conclusão da licenciatura e somente 1 estava desempregado à data do inquérito.



acederam os respondentes às suas actividades laborais? A prática consubstanciada nos "anúncios e concursos" prevalece (38,9%) face às restantes (Quadro 15). Distanciados deste meio estão os "familiares e amigos" (16,7%) e os colegas e docentes do curso" (13,5%). Mais uma vez os dados do nosso estudo vão ao encontro dos resultados apresentados por Gonçalves (1996), Alves (2000), Arroiteia e Martins (1998) e Inofor (2000). Numa outra leitura, as redes sociais formais foram utilizadas por 51,6% dos inquiridos, enquanto as informais se quedam pelos 30,2%. No caso destas últimas, não se deixa de registar a importância relativa que têm os "colegas e os docentes do curso", conferindo uma notória importância às relações de interconhecimento e de inter-relacionamento (re)produzidas no espaço da Faculdade. Em suma, as práticas activas de procura de emprego assumem um maior relevo.

Quadro 15 - Meios de acesso ao emprego actual (%)

Auto-proposta	7,9
Anúncios e concursos	38,9
Inscrição no Centro de Emprego	5,6
Familiares e amigos	16,7
Colegas e docentes do curso	13,5
Colocação por instituições de formação profissional	3,2
Convite	6,3
Criação do seu próprio emprego	0,7
Na sequência de um estágio	4,8
Outros	2,4
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

(n= 126)

Do volume total de empregos, 10,9% foram subsidiados por programas de inserção na vida activa<sup>30</sup>. Reconhece-se novamente que tais programas, fortemente financiados por fundos comunitários, nas várias formas que assumiram nos anos oitenta e noventa, contribuíram para a inserção profissional de alguns dos licenciados.

Quanto à profissão, de um modo global, o panorama que nos é apresentado no Quadro 16 é semelhante ao do primeiro emprego regular - valores expressivos assumidos pela categoria de sociólogos (36,4%), de docentes do ensino superior (15,5%), de outros especialistas das profissões científicas e técnicas (9,3%),

<sup>30</sup> Saliente-se que do total dos inquiridos cujos empregos foram subsidiados, 75,0% reconhecem-se como sociólogos, emergindo as Instituições Particulares de Solidariedade Social (31,0%) e as Empresas Industriais e de Serviços (25,0%) como as principais organizações de inserção.

os quais contrastam com os valores mais residuais dos docentes do ensino básico e secundário (6,2%), dos técnicos de formação profissional (7,8%) ou ainda dos directores de empresas e quadros superiores da administração pública (4,7%), para enumerar só apenas estes. Embora com um peso percentual muito mais baixo comparativamente ao primeiro emprego regular, persiste a presença de licenciados em sociologia nas categorias de pessoal administrativo (7,8%) e de pessoal de serviços (0,6%), cujos perfis de tarefas são disjuntos dos conteúdos formativos obtidos na faculdade.

Quadro 16 - Profissão e vínculo contratual do emprego actual (%)

Profissão principal	
Directores de Empresas e Quadros Superiores da Administração Pública	4,7
Docentes do Ensino Superior	15,5
Docentes do Ensino Básico e Secundário	6,2
Técnicos de Formação Profissional	7,8
Técnicos de Recursos Humanos	4,7
Sociólogos	36,4
Outros Especialistas das Profissões Científicas e Técnicas	9,3
Profissionais Intermédios de Administração e Gestão	7,0
Pessoal Administrativo	7,8
Pessoal dos Serviços	0,6
<i>Total</i>	<i>100,0</i>
Vínculo contratual	
Contrato permanente	28,9
Contrato a termo	41,4
Prestação de serviços	23,4
Sem contrato	6,3
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

(n= 129)

A relação jurídica alicerçada no contrato de trabalho a termo certo abrangia 41,4% dos inquiridos; somente 28,9% detinham uma posição contratual estabilizada. Encontravam-se em regime de prestação de serviços 23,4% dos licenciados. Destes últimos, 84,6% eram assalariados ocultos. Em momento anterior já explorámos as principais razões que estão subjacentes à precariedade laboral que caracteriza a nossa população e não vamos portanto retomar este assunto. Parece-nos, sim, ser mais uma vez importante analisar, de modo mais fino, os

inquiridos que vivenciaram tal situação. Tendo em conta como se distribuem os contratados a termo certo e os assalariados ocultos (juridicamente considerados como trabalhadores independentes) pela profissão principal e pelo tipo de organização (Quadro 17), conclui-se o seguinte: o valor modal dos contratos a termo certo encontra-se nos sociólogos, com cerca de metade desse valor estão os docentes do ensino superior, enquanto as restantes profissões apresentam percentagens mais reduzidas; no assalariamento oculto os sociólogos têm o valor mais elevado, cerca do dobro dos técnicos de formação profissional; a Universidade Pública, a Administração Central e as Instituições Particulares de Solidariedade Social destacam-se na distribuição dos contratados a termo certo; já no caso do assalariamento oculto o valor modal encontra-se nas empresas industriais e de serviços, cerca do dobro do que se encontra imediatamente a seguir e que diz respeito às Associações de Desenvolvimento.

Quadro 17 - Profissão e tipo de organização dos inquiridos em situação laborai precária no emprego actual (%)

	Contrato a termo certo	Assalariamento oculto
<b>Profissão principal</b>		
Docentes do Ensino Superior	21,7	4,5
Docentes do Ensino Básico e Secundário	3,4	9,1
Técnicos de Formação Profissional	6,8	18,2
Técnicos de Recursos Humanos	3,4	-
Sociólogos	47,5	36,4
Outros Especialistas das Profissões Científicas e Técnicas	10,2	9,1
Profissionais Intermédios de Administração e Gestão	3,4	9,1
Pessoal Administrativo	1,7	13,6
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
<b>Tipo de organização</b>		
Universidade Pública	27,1	4,8
Universidade Privada	5,1	-
Politécnico Público	1,7	-
Politécnico Privado	1,7	4,8
Ensino Secundário e Básico	5,1	4,8
Centros de Investigação	6,8	-
Emp as Industriais e de Serviços	6,8	28,5
Administração Central	16,9	-
Administração Regional	3,4	9,5
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	6,8	9,5
Instituições Particulares de Solidariedade Social	15,3	9,5
Associações de Desenvolvimento	-	14,3
Outras	3,3	14,3
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Analisando o sector de actividade onde os inquiridos trabalhavam (Quadro 18), verifica-se uma concentração na Educação (30,2%), na Administração Pública (21,7%), e na Saúde e Acção Social (17,8%). Os restantes sectores apresentam valores limitados. Uma análise mais fina permite-nos concluir que, em Setembro de 1998, a Universidade Pública (15,5%), as Empresas Industriais e de Serviços (18,6%) e, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (12,4%) eram as organizações de eleição. Para além destas, o peso conjunto da Administração Central, Regional e Local assumia igualmente um valor significativo

(29,5%). As organizações antes indicadas em conjunto com as instituições de ensino superior, os Centros de Investigação e as Associações de Desenvolvimento, reflectem as grandes áreas de exercício profissional do sociólogo: a docência e a investigação científica; a intervenção sociológica fundamentada no âmbito da gestão e formação profissional dos recursos humanos, do desenvolvimento local e regional, da pobreza e exclusão social e da reinserção social.

Quadro 18 - Sector de actividade, tipo e dimensão das organizações do emprego actual (%)

<b>Sectores de actividade</b>	
Indústrias Transformadoras	3,9
Construção e Obras Públicas	0,8
Comércio, Restauração, Transportes, Correios e Telecomunicações	6,2
Intermediação Financeira e Seguros	3,1
Investigação e Desenvolvimento	7,0
Administração Pública	21,7
Educação	30,2
Saúde e Acção Social	17,8
Actividades Recreativas, Culturais e Desportivas	5,4
Outras Actividades de Serviços	3,9
<i>Total</i>	<i>100,0</i>
(n= 129)	
<b>Tipo de organização</b>	
Universidade Pública	15,5
Universidade Privada	3,1
Politécnico Público	0,8
Politécnico Privado	2,3
Ensino Secundário, Profissional e Básico	5,4
Centros de Investigação	3,1
Empresas Industriais e de Serviços	18,6
Administração Central	10,9
Administração Regional	9,3
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	9,3
Instituições Particulares de Solidariedade Social	12,4
Associações de Desenvolvimento	3,1
Outras	6,2
<i>Total</i>	<i>100,0</i>
(n= 129)	
<b>Dimensão da organização</b>	
menos de 20 trabalhadores	31,3
20 a 99 trabalhadores	28,7
100 a 199 trabalhadores	3,8
200 a 494 trabalhadores	13,7
500 e mais	22,5
<i>Total</i>	<i>100,0</i>
(n= 80)	

Assinale-se que a maioria dos licenciados estavam inseridos em organizações com menos de 100 trabalhadores, com um particular relevo para as que tinham menos de 20 trabalhadores. Somente 22,5% trabalham em organizações (provavelmente pertencentes à Administração Pública) com 500 e mais trabalhadores.

Tomando como ponto de referência a situação ocupacional dos licenciados inquiridos, e tal como efectuámos para o primeiro emprego regular, iremos agora passar a abordar a avaliação que os inquiridos fazem da compatibilidade entre a sua formação académica em sociologia e a função que desempenhavam no âmbito daquele emprego:

Quadro 19 - Razões apontadas sobre a compatibilidade entre a formação académica e a função desempenhada no emprego actual (%)

Sim, conhecimentos sociológicos e relacionais necessários para a execução da função	85,1
Sim, necessidade de deter uma formação académica de nível superior	4,3
Sim, fornecimento de instrumentos para actuação na área da gestão dos recursos humanos	5,3
Não, os conhecimentos académicos são insuficientes	2,1
Não, importa unicamente ser licenciado	1,1
Não, formação académica diferente do conteúdo da função	2,1
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

(n= 94)

Unicamente uma parcela limitada dos inquiridos (5,3%) admite não existir essa compatibilidade. Os restantes têm uma posição precisamente oposta. Deste conjunto releva-se aqueles que justificam a adequação curso/função a partir dos conhecimentos sociológicos e relacionais (85,1%). Embora com a cautela que os dados impõem, consideramos que, em termos da relação entre curso e função, subsiste uma situação de sucesso na transição ao trabalho para a esmagadora maioria dos licenciados em sociologia pela FLUP.

### 3. Pertenças sociais: habilitações escolares, profissões e classes sociais

Abordados que foram os principais indicadores sobre o emprego à data da aplicação do inquérito (Setembro de 1998), iremos direccionar a nossa análise para a dimensão da caracterização social dos inquiridos e respectivos agregados familiares.

Uma perspectiva sócio-histórica sobre a evolução da escolaridade da população portuguesa nos últimas décadas permite concluir, entre outros aspectos,

que existe um notória melhoria dos níveis de habilitações escolares<sup>31</sup>. Partir desta constatação é importante para a abordagem das origens socio-educacionais dos licenciados em Sociologia. Da leitura dos dados inseridos no Quadro 20, dois aspectos se destacam: quer para os pais, quer para as mães, o nível de escolaridade modal é o ensino primário, respectivamente 34,8% e 43,7%; encontram-se 26,7% dos pais e 19,3% das mães com o nível superior (bacharelato, licenciatura e doutoramento). Por conseguinte, a maior percentagem de licenciados é oriunda de pais com o 1º ciclo do ensino básico, para além de ainda subsistir um segmento, não desprezível qualitativa e quantitativamente, de inquiridos cujos pais não são escolarizados (3,7% nos pais e 6,6% nas mães<sup>32</sup>).

Quadro 20 - Escolaridade dos pais e do cônjuge (%)

	Pai	Mãe	Cônjuge
Não sabe ler nem escrever	2,2	2,2	
Sabe ler e escrever sem grau de ensino	1,5	4,4	-
Ensino primário (4ª classe)	34,8	43,7	1,7
Ensino preparatório (6ª classe, ciclo prep. ou equivalente)	6,7	3,7	-
Ensino secundário unificado (9º ano, antigo 5º ano)	19,3	15,6	11,9
Ensino secundário complementar (12º ano, propedêutico)	8,8	11,1	30,5
Bacharelato	6,7	11,1	15,2
Licenciatura	20,0	7,4	35,6
Provas de aptidão científica e capacidade pedagógica	-	-	1,7
Mestrado	-	-	1,7
Doutoramento	-	0,8	1,7
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

(11=135) (n=135) (n=51)

Estamos, pois, perante uma população inquirida com um perfil de agregados familiares com recursos socio-educacionais diferenciados. Subsiste mesmo uma certa polarização entre o 1º ciclo do ensino básico e o ensino superior. Sem prejuízo de outras conclusões que se possam extrair, uma sobressai desde logo: para uma parcela importante, cerca de um quarto, a obtenção com sucesso da licenciatura expressa um notório processo de mobilidade educacional ascensional intergeracional. Isto conduz-nos a reafirmar a importância que para as classes e fracções de classes com baixos recursos económicos, qualificacionais e

<sup>31</sup> Tal situação tem sido colocada em evidência pelos estudos, entre outros, de Machado e Costa (1998), Sebastião (1998), Barreto (1996 e 2000) e UE (1998).

<sup>32</sup> Repare-se que tais valores são indicativos da desigualdade, em termos de género, face à escolarização. Uma das tendências pesadas, herdada do passado, mas actualmente em rápido processo de superação, traduz-se na subrepresentação das mulheres em termos dos recursos educacionais globais do país.



organizacionais tem a aquisição pelos respectivos descendentes de um capital escolar superior, elemento crucial para a obtenção e sedimentação dos outros tipos de capitais. Em termos globais, os nossos resultados não apresentam descoincidências importantes com os dos estudos de Cruz e Cruzeiro (1995), do CNASES (1997) e de Mauritti (2000) sobre o estudantado do ensino superior. Igualmente numa investigação feita sobre os alunos inscritos na licenciatura em Sociologia da FLUP, nos anos lectivos de 1992/93 a 1994/95, encontramos uma estrutura de distribuição de frequências dos diferentes níveis de escolaridade semelhante (Gonçalves, Dias e Lopes, 1995)

Observamos, por outro lado, que o perfil das habilitações escolares dos agregados familiares de origem dos licenciados se afasta do da população portuguesa. Entre outros aspectos, isso é notório quanto à maior importância relativa dos pais e mães que possuem um título académico de nível superior.<sup>33</sup> Esse fenómeno de sobre-representação pode ser considerado como uma das características pesadas do ensino superior português, embora a mesma tenha vindo nas últimas décadas, e por força de um mais amplo acesso aos diversos níveis de ensino de sujeitos provenientes de agregados familiares com um escasso capital escolar, a modificar-se no sentido de abrandamento do grau de selectividade social à entrada no ensino superior (Mauritti, 2000).

Retendo ainda informação do Quadro 20 sobre o nível de escolaridade dos cônjuges dos licenciados (43,7% da nossa população era casada ou vivia em união de facto à data do inquérito), constata-se que somente em 35,6% dos casais subsiste uma situação simétrica, neste caso ao nível do grau de licenciado. Quanto à assimétrica, predominam as combinações em que o cônjuge detém um nível de escolaridade inferior à do inquirido. Distinguem-se os 30,5% dos cônjuges com o ensino secundário e os 11,9% com 3º ciclo do ensino básico, para além dos 15,2% com o bacharelato. O panorama traçado encontra-se afastado de um perfil de uniões caracterizado pela homogamia. Só uma análise mais fina, que recorresse, entre outros aspectos, à localização da data da união nos ciclos de vida dos inquiridos e dos respectivos cônjuges, ao prosseguimento ou não dos estudos e ao volume e estrutura do capital possuído por estes, nos poderia dar argumentos empiricamente válidos para se discutir a validade da tese, aplicada à população do nosso estudo, sobre as estratégias matrimoniais que tendencialmente aproximam sujeitos socialmente iguais.

Abordada que foi o nível de escolaridade dos familiares dos licenciados, passamos agora à situação socioprofissional. De modo a reunir e sintetizar

---

<sup>33</sup> Tomando como referência os dados do Recenseamento Geral da População de 1991, a população residente com curso superior era de 4,9%.

informação sobre a questão, elaborámos o Quadro 21 que nos apresenta três variáveis importantes: condição e situação face ao trabalho, bem como a profissão principal. Uma parcela importante dos pais e das mães ainda estão presentes no mercado de trabalho, predominantemente na situação de assalariados, o mesmo acontecendo para o cônjuge. O volume de desempregados é inexpressivo, já não acontecendo o mesmo para a condição de reformados. Pais e cônjuges apresentam um notório peso relativo, principalmente ao nível dos primeiros, de patrões e de trabalhadores por conta própria.

Quadro 21 - Condição, situação perante o trabalho e profissão dos familiares dos inquiridos (%)

	Pai	Mãe	Cônjuge
<b>Condição perante o trabalho</b>			
Exerce uma profissão	62,2	37,0	96,6
Ocupa-se das tarefas domésticas	-	1,1	-
Desempregado	1,5	1,5	1,7
Reformado/Pensionista	33,3	25,2	-
Incapacitado para o trabalho	3,0	2,2	-
Estudante	-	-	1,7
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
	(n= 135)	(n= 135)	(n=59)
<b>Situação perante o trabalho</b>			
Patrão	23,7	2,4	16,9
Trabalhador por conta própria	15,6	13,3	8,5
Trabalhador por conta de outrem	59,3	81,9	74,6
Trabalhador familiar não remunerado	1,4	2,4	-
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
	(n= 135)	(n=83)	(n=59)
<b>Profissão</b>			
Directores de Empresas e Quadros Superiores da Administração Pública	28,1	7,2	11,9
Especialistas das Ciências Físicas, Matemáticas e Engenharia	8,9	1,2	16,9
Especialistas das Ciências da Vida e Profissionais de Saúde	-	2,4	*
Docentes do Ensino Superior	1,5	2,4	1,7
Docentes do Ensino Básico e Secundário	3,7	4,8	15,3
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio das Ciências Físicas, Químicas e Engenharia	3,0	22,9	8,5
Outros Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	6,7	1,2	10,0
Profissionais de Nível Intermédio das Ciências da Vida e da Saúde	-	1,2	-
Outros Técnicos e Profissionais de Nível Inter médio	7,4	6,0	15,3
Pessoal Administrativo	15,6	24,4	10,2
Pessoal dos Serviços	4,4	3,6	8,5
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura	3,7	4,6	-
Operários	17,0	18,1	1,7
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
	(n= 135)	(n=83)	(n=59)

Quanto à profissão várias notas se podem formular. Nos pais, três categorias apresentam os valores mais elevados - directores de empresas e quadros superiores da administração pública (28,1%), operários (17,0%) e pessoal adminis-

trativo (15,6%) - nas mães a última apresenta igualmente um valor expressivo (24,4%), seguida da categoria dos técnicos e profissionais de nível intermédio das ciências físicas, químicas e engenharias (22,9%) e dos operários (18,1%). De salientar ainda que, na globalidade, a estrutura ocupacional das mães dos licenciados é notoriamente mais rarefeita face à dos pais em profissões caracterizadas por elevados recursos qualificacionais, organizacionais e simbólicos. Unicamente ao nível dos docentes (ensino superior e ensino secundário e básico), subsiste uma ligeira vantagem para o sexo feminino. Este aspecto é, em si, consonante com o perfil da divisão sexual do trabalho existente no nosso país, o qual, sublinhe-se, tem sofrido importantes mudanças nas últimas décadas, no sentido de minimização das desigualdades sexuais face ao mercado de trabalho (Ferreira, 1993 e 1999 e Almeida, 1996). Por seu turno, ao nível dos cônjuges observamos que 55,8% exercem actividades que se englobam nas profissões científicas e técnicas.

Observados que foram os recursos escolares que caracterizam os agregados familiares, abordaremos de seguida os perfis de classe social da população em análise, em termos individuais e do grupo doméstico actual, bem como dos respectivos grupos domésticos de origem. Para tal, utilizaremos como indicador a categoria socioprofissional e a tipologia classificatória das classes sociais de Costa (1999).

Expressando a evolução académica e profissional dos inquiridos, a esmagadora maioria dos mesmos concentra-se, em termos de localização de classe (Quadro 22), nos profissionais técnicos e de enquadramento (78,5%). Fundamentalmente o peso das actividades laborais enquadradas no regime da profissionalidade liberal, conduz a um valor, não desprezível, de empresários, dirigentes e profissionais liberais (11,9%). Só uma parcela reduzida dos licenciados ocupa lugares na estrutura de classes genericamente providos de recursos económicos e organizacionais mais baixos, comparativamente aos mencionados anteriormente.

Quadro 22 - Classe social do inquirido (%)

Empresários, dirigentes e profissionais liberais	11,9
Profissionais técnicos e de enquadramento	78,5
Agricultores independentes	0,7
Empregados executantes	8,2
Operários	0,7
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

(n= 135)

Se tomarmos em consideração já não a unidade de análise indivíduo, mas sim o grupo doméstico actual (Quadro 23)<sup>34</sup>, observamos o mesmo perfil de classes sociais já referenciado para o inquirido. Genericamente os resultados que obtemos no nosso estudo vêm demonstrar a importância da denominada "nova classe média". Como vários sociólogos vêm chamando a atenção, este facto, verificável nas últimas décadas em Portugal e que se integra num movimento mais amplo de recomposição social, encontra-se intrinsecamente relacionado não só com o acréscimo da escolarização, neste caso da escolarização universitária, que se repercute na melhoria do nível de habilitações da população activa, e particularmente num aumento das profissões científicas e técnicas nas organizações, mas também com a modernização tecnológica e organizacional do sistema económico, com o incremento continuado da urbanização e da terciarização, com as sucessivas reconfigurações porque tem passado o Estado-Providência, com a emergência e difusão de novos estilos de vida, alguns profundamente marcados pelas vivências urbanas e pelo individualismo, bem como de outras configurações de valores culturais (Almeida, 1990, Machado e Costa, 1998 e Barreto, 1996).

Quadro 23 - Mobilidade social intergeracional (%)

Classe social do grupo doméstico de origem	Classe do grupo doméstico actual				
	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (22,2)	Profissionais técnicos e de enquadramento (72,6)	Agricultores independentes (0,7)	Empregados executantes (3,8)	Operários (0,7)
Empresários, dirigentes e profissionais liberais (41,5)	50,0	40,8	-	20,0	-
Profissionais técnicos e de enquadramento (25,9)	20,0	27,6	-	40,0	-
Trabalhadores independentes pluriactivos (3,7)	6,7	2,0	-	20,0	-
Agricultores independentes (2,2)	-	2,0	100,0	-	-
Agricultores independentes pluriactivos (2,2)	-	3,1	-	-	-
Empregados executantes (12,6)	10,0	13,3	-	20,0	-
Operários (7,4)	10,0	6,1	-	-	100,0
Assalariados executantes pluriactivos (4,4)	3,3	5,1	-	-	-

O Quadro acima dá-nos indicações sobre os fluxos de mobilidade social

<sup>34</sup> As percentagens referentes a cada lugar de classe do grupo doméstico actual estão indicadas no topo de cada coluna do Quadro 23.

entre os lugares de classe dos agregados domésticos actuais e os dos agregados domésticos de origem. Reportando-nos unicamente aos lugares que apresentam uma expressão empírica analítica em termos de efectivos, é notória a existência de uma importante, em termos quantitativos, situação de reprodução intergeracional de lugares de classe. Referimo-nos aos empresários, dirigentes e profissionais liberais e aos profissionais técnicos e de enquadramento, com uma taxa de auto-recrutamento, sem dúvida mais expressiva nos primeiros. Estes trajectos de natureza estacionária são característicos do perfil da composição classista do estudantado universitário. Por outro lado, subsistem fluxos de mobilidade ascensional para os empresários, diligentes e profissionais liberais (10,0%) e profissionais técnicos e de enquadramento (13,3%), em ambos os casos oriundos dos empregados executantes. Sem contradizerem a tendência de selectividade social (re)produzida pelo sistema universitário, tais valores são indicativos da recomposição social que vêm ocorrendo na população estudantil. Como afirmámos antes, e outros estudos têm-no comprovado empiricamente (Almeida *et ai*, 1988, Gonçalves, Dias e Lopes, 1995 e Mauritti, 2000), os fluxos de mobilidade ascensional traduzem o alargamento da base de recrutamento do estudantado. Globalmente, a Universidade pelo título que confere, elemento em si fundamental para o acesso a posições profissionais caracterizadas pelos seus mais elevados benefícios materiais e simbólicos, tem sido procurada, mais intensamente nas últimas décadas, por segmentos dos agregados domésticos pertencentes a classes sociais de mais baixos recursos económicos, qualificacionais e organizacionais, na medida em que é uma via importante de mobilidade social intergeracional. Entretanto, o fluxo entre empresários dirigentes e profissionais liberais e o lugar de classe imediatamente inferior na estrutura classista, afigura-se-nos que não se pode interpretar linearmente como sinónimo de uma trajectória social descendente. Apontamos, hipoteticamente, para trajectos que traduzem experiências sociais intergeracionais diferenciadas, sendo mesmo admissível que alguns dos que integram o lugar de profissionais técnicos e de enquadramento, atendendo à sua idade, se encontrem numa fase inicial da sua carreira profissional e o seu futuro reposicionamento hierárquico ascensional nas organizações levará à integração no lugar de classe superior (Costa e Machado, 1998).

#### 4. Mobilidades profissionais e desemprego

Nos dois primeiros pontos deste texto, analisámos o acesso ao primeiro emprego regular e o emprego à data da realização do inquérito. Importa agora passarmos para uma outra questão - os fluxos de mobilidade profissional que subsistiram entre esses dois momentos da transição ao trabalho dos licenciados

em sociologia pela FLUP. Desde já retemos que tais fluxos enformam uma trajectória profissional. Este último conceito permite "dar conta da intercepção das diferentes dimensões sociais e individuais características do percurso passado e presente dos agentes" (Gonçalves, Parente e Veloso, 1996:23). O seu valor heurístico encontra-se fundamentalmente em possibilitar a ultrapassagem de uma concepção puramente estruturalista da entrada na vida activa, dando ênfase sim à articulação entre as estruturas objectivas e a acção do sujeito (Veloso, 1995).

No presente artigo centramo-nos em determinadas formas de mobilidade que têm por enquadramento as actividades laborais dos inquiridos<sup>35</sup>. Referimo-nos à mobilidade de emprego, à mobilidade qualificacional e à mobilidade contratual.

Ao longo da transição ao trabalho dos nossos inquiridos, uma parcela importante (40,7%) só teve um emprego, enquanto mais de metade (55,6%) já protagonizou um processo de mudança, tendo ocupado dois ou mais empregos.

Quadro 24 - Número de empregos por anos de conclusão da licenciatura (%)

	1989e1990	1992 e1993	1994e1995	1996 e1997	Total
1 emprego	28,6	40,0	25,0	61,4	40,7
2 empregos	47,6	30,0	35,0	18,2	30,4
mais de 2 empregos	23,8	26,7	37,5	13,6	25,2
Nunca teve emprego	-	3,3	2,5	6,8	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(11=135)

Por seu turno, constatamos que não é perfeitamente linear a relação entre os anos de conclusão da licenciatura e o número de empregos, no sentido de uma presença temporal mais ampla corresponder a uma maior rotatividade entre os empregos. Nota-se sim, e de certo modo como seria de esperar, que no conjunto dos licenciados em 1996 e 1997 subsiste um peso mais elevado, comparativamente aos outros anos, daqueles que até ao momento da inquirição (Setembro de 1998) nunca protagonizaram um processo de mobilidade. A par disto, é igualmente perceptível que nos anos mais recentes, particularmente em 1994 e 1995, existe um número relevante de licenciados que já vi vendaram processos de mobilidade entre empregos. Esta situação coincide, para uma parte considerável de licenciados, com a detenção de vínculos contratuais precários (em particular o contrato a termo certo e o trabalho independente), o que indicia que a acrescida

<sup>35</sup> Não iremos enveredar por uma análise enunciativa e explicativa dos diversos tipos de trajectórias profissionais e dos principais factores que as moldaram. Isso será apresentado posteriormente.

rotatividade entre empregos se encontra associada a percursos profissionais marcados pela precariedade, substancialmente assente no tipo de vínculo contratual firmado.

Uma achega para a reflexão sobre a mobilidade de empregos dos licenciados pode ser encontrada no Quadro 25. Consideradas que foram as formas de abandono do 1º e do 2º empregos<sup>36</sup>, é patente que, em ambos os momentos, a maioria teve a opção de rescindir o seu contrato de trabalho. São, pois, situações marcadas por uma acção voluntária que genericamente se encontram no pólo oposto ao que acontece com os licenciados que mudaram de emprego por força da cessação do seu contrato a termo certo. Esta última forma assume igualmente um peso importante, o que expressa, mais uma vez, que uma parte da população tem vivenciado a insegurança laboral, como já foi acima referido.

Quadro 25 - Formas de abandono do 1º e 2º empregos (%)

	1º emprego	2º emprego
Cessação do contrato a termo certo	33,8	42,9
Despedimento Rescisão contratual	6,5	57,1
pelo inquirido <i>Total</i>	59,7	100,0
	100,0	
	(n=62)	(n=28)

Após o abandono do primeiro emprego, 64,5% dos licenciados empregou-se imediatamente, ficando no desemprego um número mais limitado, 16,1 %. No caso do segundo emprego, a situa o apresenta os mesmos traços - 57,7% encontrou logo emprego e 23,1% passou para o desemprego. O peso destes fluxos permite descortinar que para uma parcela significativa dos inquiridos subsiste uma importante capacidade de empregabilidade.

Quanto   mobilidade qualificacional (Quadro 26), predomina uma situa o de estabilidade<sup>37</sup>. Com efeito, comparando-se o nível de qualifica o do 1º emprego com o do emprego   data do inquerito, sobressai que para 67,6% a mobilidade entre empregos não se traduziu num acréscimo qualificacional ou no con-

<sup>36</sup> Recorde-se que para o estudo da transi o ao trabalho, os licenciados foram questionados sobre as principais características do seu 1º emprego regular após a conclusão da licenciatura, o emprego subsequente (considerado o 2º emprego) e o emprego   data da aplica o do inquerito.

<sup>37</sup> No formulário do inquerito era pedido que o licenciado definisse qual o seu nível de qualifica o, tendo por base uma grelha constituída pelos seguintes níveis: Gestor ou Director; Quadro Superior; Quadro Médio; Chefia interm dia; Profissional Qualificado; Profissional Semi-qualificado; Profissional Não-qualificado. A mobilidade ascendente traduz os fluxos de progressão, no sentido de uma posi o mais qualificada da grelha, a mobilidade descendente os fluxos de sentido oposto, enquanto a horizontal a passagem entre empregos com o mesmo nível de qualifica o.

trário. Neste caso, são dominantes os fluxos no seio do nível de qualificação dos Quadros Superiores. Tendo como momento final este nível, nele se encontra a maioria dos 29,7% inquiridos que protagonizaram uma mobilidade ascendente. Igualmente se observa uma certa estabilização na mobilidade organizacional - a maioria dos inquiridos (54,5%) que mudaram de emprego fizeram-no no interior do sector público ou do privado. Todavia, não deixa de merecer realce o peso relativo daqueles que se transferiram do privado para o público. Aspecto que poderá indiciar a procura de uma maior estabilidade de trabalho, não só em termos contratuais, mas igualmente de carreira profissional e acesso a uma panóplia de benefícios sociais.

Quadro 26 - Mobilidade qualificacional e organizacional entre o 1º emprego e o emprego à data do inquérito (%)

Mobilidade Qualificacional	
Ascendente	29,7
Descendente	2,7
Horizontal	67,6
<i>Total</i>	<i>100,0</i>
(n=74)	
Mobilidade Organizacional	
Público-Privado	17,6
Privado - Público	27,9
Público-Público	20,7
Privado-Privado	33,8
<i>Total</i>	<i>100,0</i>
(n=68)	

Uma das características principais que podemos concluir sobre o 1º emprego regular dos licenciados era a da precariedade contratual a que estavam sujeitos. O percurso entre esse emprego e o emprego à data do inquérito consubstanciou-se no acréscimo relativo dos contratos de trabalho permanentes e nos contratos a termo certo:

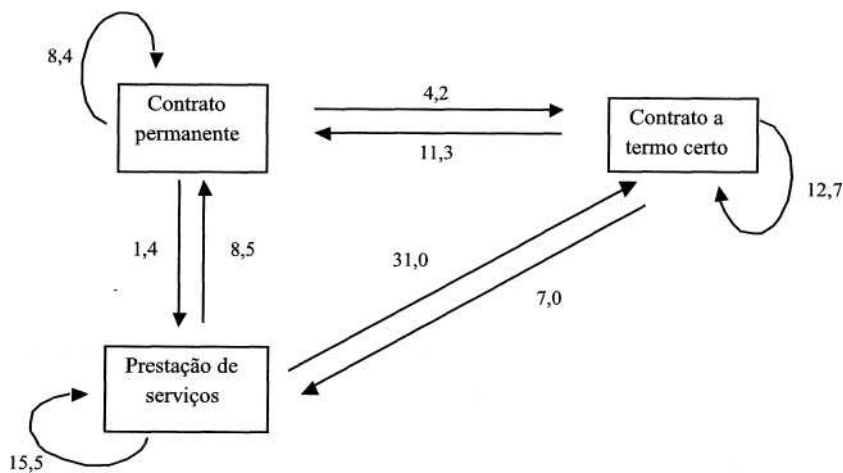
Quadro 27 - Natureza do vínculo contratual

	1º emprego	Emprego à data do inquérito
Contrato permanente	17,6	29,7
Contrato a termo certo	31,1	45,9
Prestação de serviços	51,3	24,4
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
(n=74)		



Estamos, pois, perante uma melhoria relativa da qualidade do emprego. Uma análise mais fina dos diversos fluxos (Gráfico 1) faz ressaltar que o percurso mais representativo se encontra na passagem da prestação de serviços para o contrato a termo certo (31,0%). De certo modo, neste caso o primeiro emprego funcionou como um "emprego de espera" (Benguin e Charlier, 1987:153) por um outro provavelmente melhor remunerado e com uma maior estabilidade contratual. Produto das dinâmicas do mercado de trabalho e da flexibilização do volume do emprego, esse percurso emerge, portanto, como uma das principais formas de transição ao trabalho por parte dos licenciados. Embora se mantenha uma situação de precariedade laboral, ela assume uma expressão social menos gravosa do que caracteriza o momento inicial.

Gráfico I - Mobilidade contratual (%)■



Igualmente para aqueles que transitaram do contrato a termo certo e do regime de prestação de serviços para o de contrato permanente (11,3% e 8,5%, respectivamente) é explícita uma melhoria da sua situação laboral. Subsistem, entretanto, conjuntos de licenciados que, no âmbito da mobilidade entre os dois empregos, mantiveram a natureza do seu vínculo contratual - prestação de serviços (15,5%), contratos a termo certo (12,7%) e contrato permanente (8,4%) - ou então passaram a estar sujeitos a um vínculo, que comparativamente ao anterior, se apresenta mais flexível - é o caso, por exemplo, do trajecto do contrato a termo certo para a prestação de serviços (7,0%). Em suma, da pluralidade de fluxos detectados, uma conclusão importa reter - para uma parcela importante

dos inquiridos que temos vindo a analisar (52,8%), a sua mobilidade contratual concretiza uma melhoria da situação laboral. Em reforço desta conclusão está igualmente o facto do peso relativo do assalariamento ter diminuído do primeiro para o emprego à data do inquérito (de 40,5% para 14,9%), subsistindo, assim, um importante fluxo de licenciados que deixaram essa situação de precariedade<sup>38</sup>.

Na análise que fizemos, no primeiro ponto deste texto, sobre as formas que caracterizaram o acesso dos licenciados ao primeiro emprego regular, constatámos que 71,1% vi vendaram, por períodos temporais diferenciados, o denominado desemprego de inserção. Importa agora abordarmos o desemprego que ocorreu no decurso da mobilidade profissional.

Quadro 28 - Desemprego no decurso da mobilidade profissional (%)

Uma vez	26,8
Duas vezes	4,2
Três e mais vezes	7,0
Nunca esteve desempregado	62,0
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

(n=75)

Ressalta desde logo, da leitura do Quadro acima, o elevado número de licenciados que não vi vendaram uma situação de desemprego (62,0%). Situação que acabou por abranger 38,0% da população que teve mais de um emprego. Neste conjunto predominam os inquiridos que estiveram uma só vez numa situação de ausência de emprego. Encontramos, pois, aqui as situações de maior vulnerabilidade às mutações do mercado de trabalho, as quais não deixam de ser, de certo modo, limitadas face ao conjunto dos licenciados.

##### 5. Relação com a profissão de sociólogo e com a sociologia

Aquando da caracterização do primeiro emprego regular e do emprego à data do inquérito (Setembro de 1998) dos licenciados abordámos a avaliação que os licenciados faziam da compatibilidade entre a sua formação académica em sociologia e a função que desempenhavam. Neste ponto do presente artigo pretendemos ir um pouco mais longe. Tomando como referência temporal o último emprego, interessa-nos reflectir sobre alguns aspectos: a avaliação da

<sup>38</sup> Especificando: do total dos inquiridos (30) que estavam na situação de assalariamento oculto no primeiro emprego, 86,7% saíram dessa situação aquando da sua inserção no emprego que detinham à data da aplicação do inquérito.

formação académica; o mercado de trabalho para os licenciados; o modo como os inquiridos se identificam com a profissão de sociólogo e com a sociologia.

Um dos objectivos principais dos denominados inquéritos de inserção na vida activa é a medição do grau de satisfação face à formação académica adquirida<sup>39</sup>. No nosso estudo transparece uma notória avaliação satisfatória por parte dos inquiridos (Quadro 29). Para o item dos "conhecimentos teóricos e metodológicos" 54,8% avalia como boa a formação académica que recebeu. O "desenvolvimento e enriquecimento pessoais" e as "competências relacionais" apresentam os respectivos valores modais na categoria do bom. Unicamente a "adequação às exigências do mercado de emprego" é a mais penalizada, na medida em que cerca de 40,0% dos respondentes avalia a sua formação académica como má ou medíocre.

Quadro 29 - Avaliação da formação académica (%)

	Conhecimentos teóricos e metodológicos	Competências profissionais	Desenvolvimento e enriquecimento pessoais	Competências relacionais	Adequação às do mercado de emprego
Má	0,7	5,9	0,0	1,5	13,3
Medíocre	4,4	17,8	0,7	6,7	26,7
Suficiente	30,5	46,7	23,8	31,1	34,8
Boa	54,8	24,4	49,6	44,4	21,5
Muito	9,6	5,2	44,4	16,3	3,7
Total	100	100	100	100	100

(n= 135)

Em momentos anteriores do presente texto avançamos com elementos que nos possibilitam ter indicações sobre algumas das dimensões da situação sociolaboral dos licenciados. Em parte pretendeu-se obter uma caracterização dos espaços do mercado de trabalho onde os mesmos se inserem. Pretendemos agora adicionar a essa análise o equacionamento das relações que, a propósito da actividade laboral, subsistem entre os inquiridos e outros profissionais diplomados em áreas científicas parcial ou totalmente disjuntas da sociologia. Questionados sobre a possibilidade da sua função poder ser exercida por outro licenciado sem qualificação em sociologia, a maioria respondeu positivamente (65,3%), con-

<sup>39</sup> Embora usando perfis de escala diferenciados, e portanto não passíveis de um exercício comparativo, os estudos de Arroteia e Martins (1998), Inofor (1999) e Alves (2000), fornecem-nos informação abundante sobre aquele tema.

forme se pode observar no Quadro 30. Mais especificamente para 42,1% tal é possível na medida em que os conhecimentos necessários para o desempenho das funções são igualmente detidos por outras formações académicas na área das ciências sociais. Em contraponto a esta posição estão 34,7% dos licenciados que defendem a especificidade dos conhecimentos sociológicos como necessários ao seu exercício laboral.

Quadro 30 - Razões apontadas sobre a possibilidade da função desempenhada pelo inquirido poder ser exercida por outro licenciado de formação académica diferente (%)

Sim, conhecimentos especificamente sociológicos desnecessários	11,6
Sim, conhecimentos necessários alargados às Ciências Sociais em geral	42,1
Sim, outras formações académicas são mais adequadas	6,3
Sim, funções desempenhadas não exigem formação superior	3,2
Sim, outro motivo	2,1
Não, especificidade dos conhecimentos sociológicos necessária	34,7
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

(n=95)

Questionados sobre quais as formações académicas dos outros licenciados passíveis de exercerem funções compatíveis com as desenvolvidas pelos inquiridos, subsiste uma importante concentração de respostas em cursos como os de direito, psicologia, serviço social, economia, gestão de recursos humanos e filosofia. Algumas das problemáticas que se encontram presentes no *corpus* teórico da sociologia das profissões permitem-nos avançar com pistas reflexivas, meramente exploratórias e merecedoras de um estudo empírico mais aprofundado, sobre a tal questão. Os resultados apontados podem ser considerados como indicativos da intermutabilidade entre formações académicas diferenciadas para o desempenho de determinadas funções ao nível das organizações. Tal decorre de determinados aspectos (Gonçalves, 1998). Em primeiro lugar, a presença de áreas funcionais, no seio das organizações, que não se encontram historicamente ancoradas numa formação académica particular, não só pela natureza das respectivas tarefas, como também por não constituírem um espaço de actividade laboral monopolizado legalmente por uma determinada profissão (estão neste caso, por exemplo, as ligadas à gestão dos recursos humanos). Em segundo lugar, a natureza por vezes difusa, plurifacetada, atípica e contingencial da dimensão sócio-cultural e económica - objecto genérico do interesse dos titulados no âmbito das ciências sociais e humanas - permite a mobilização de saberes e saber-fazeres aprendidos no decurso de trajectórias académicas diferentes, mas

que acabam por ser funcionalmente operativos para o desempenho das tarefas. Em terceiro, a centralidade que algumas profissões alcançaram nas organizações permite-lhes, em contextos de reconfiguração e diversificação das actividades dessas mesmas organizações ocuparem as áreas funcionais emergentes. Por conseguinte, são complexos processos de construção social da profissionalidade e que remetem sempre para a dimensão, mais ou menos visível, da conflitualidade inter-profissional. Em quarto lugar, tais processos encontram-se intimamente articulados com as estratégias expansionistas por parte dos grupos profissionais de indução e posterior conquista dessas áreas, o que, por sua vez, amplia e consolida a sua empregabilidade. Ora essa estratégia, desde que bem sucedida, preserva a profissão de uma hipotética restrição da sua indispensabilidade social, resultante da conjugação de uma variedade de elementos que desvalorizam o conhecimento científico e técnico que está subjacente à sua empregabilidade - incluem-se aqui a indeterminação deste conhecimento e do controlo sobre o mesmo, bem como a sua rotinização e obsolescência face aos objectivos das próprias organizações. Por último, factores como a dimensão das organizações, os seus objectivos, o grau de complexificação das estruturas hierárquica e funcional das mesmas e os imperativos de progressão da carreira profissional induzem a intermutabilidade entre formações académicas.

No caso dos sociólogos portugueses é ainda de ter presente que a juventude do seu processo de profissionalização, a persistência de obstáculos ao reconhecimento das suas competências teóricas, metodológicas, de intervenção e relacionais, quer por desconhecimento, quer por confusão com outras formações académicas, mais direccionadas para o "tratamento" dos denominados problemas sociais, a persistência de uma certa incapacidade, seguramente atenuada nos últimos anos, por parte dos diversos actores institucionais presentes no campo da sociologia, bem como dos próprios sociólogos, de acréscimo da consolidação dos papéis profissionais e da construção de novas áreas de intervenção profissional contribuem, em parte, para que a intermutabilidade entre formações académicas - sublinhe-se, facto inerente ao modo como se encontra estruturada a divisão de trabalho nas organizações - possa, em situações laborais concretas, ser um obstáculo ao aprofundamento da profissionalidade dos sociólogos.

Como um dos autores do presente texto tem vindo a defender, a construção social de uma profissão é o resultado de uma trama complexa de factores de ordem vária (Gonçalves, 1998). As mutações económicas, científicas e técnicas que induzem a criação de novos empregos cujo perfil de tarefas torna imprescindível a intervenção da profissão emergente, o trabalho social e político desenvolvidos pelas instâncias de representação política com o objectivo de conquista

de privilégios materiais e simbólicos para a própria profissão, o incremento do ensino, a nível superior, dos fundamentos científicos e técnicos que enformam as práticas profissionais, a existência de um corpo de conhecimentos teóricos e técnicos próprio, a criação e divulgação do título profissional e das correspondentes definições, a intervenção directa ou indirecta do Estado face à profissão apresentam-se como os factores primordiais da construção continuada da profissionalidade. Por outro lado, é preciso não esquecer que um processo global de construção social de uma profissão encontra-se, igualmente, ancorado em acções concretas, com tradução material ou simbólica, que os próprios profissionais desencadeiam no sentido sempre de obter o (re)conhecimento social da profissão, da área científica que a enforma e do leque de actividades desempenhadas pelos respectivos membros.

Embora não seja nosso objectivo o estudo do processo de profissionalização dos sociólogos no nosso país e o modo como, na actualidade, se equaciona os perfis do profissional em sociologia<sup>40</sup>, a perspectiva sócio-histórica que expressamos imediatamente antes afigura-se-nos importante ter em conta quando pretendemos abordar uma questão sempre complexa como é a da identificação com a profissão de sociólogo. Até ao momento a nossa reflexão centrou-se basicamente nos licenciados em sociologia pela FLUP, isto é, na questão do título académico. Interessa agora estabelecer as devidas articulações entre o título académico, instituído pelo sistema de ensino, e o título profissional ou melhor a designação da profissão. No desenho da nossa investigação interessou-nos saber se os inquiridos se reconheciam como sociólogos. É, por de mais, conhecido o carácter complexo que assume tal acto de reconhecimento. A propósito da construção, difusão e interpretação das nomenclaturas profissionais, elaboradas para fins estatístico-administrativos, coloca-se em relevo o carácter profundamente social que assume tal acto, rompendo-se com as concepções de uma sociologia espontânea que o interpreta como inquestionável e perfeitamente objectivável (Desrosières e Thévenot, 1979 e 1988; Thévenot, 1985). A auto-identificação profissional, acção básica no processo de interacção social, é resultante de uma construção, tal como as investigações na sociologia e na psicologia social assim o apontam, entre elementos como: a trajectória educativa e em particular a (re)produção que no decorrer da mesma se faz das imagens tipo sobre as actividades correspondentes à profissão - os denominados "bons exemplos" (Desrosières e Thévenot, 1988) e por exclusão os maus; a representação social que se tem do que é o profissional, no nosso caso do que é um sociólogo, da

---

<sup>40</sup> Outros têm vindo a dar importantes contributos para isso, referimo-nos aos textos de Costa (1988), Machado (1996) e Almeida (1999). Para além destes consulte-se APS (1990) e Carreiras *et al* (1999).

ciência que enforma as suas práticas laborativas.

As reflexões desenvolvidas de forma marcante na sociologia por Sainsaulieu (1986; 1988) e por Dubar (1991) no âmbito das identidades profissionais são centrais na compreensão do desenvolvimento desta problemática. Sainsaulieu reflecte sobre os processos de identificação por via do trabalho e distingue subculturas profissionais que coexistem no interior das empresas. Dubar, por seu turno, avança com um debate articulado com os processos de inovação nos mais variados domínios que têm vindo a ter lugar nas empresas desde meados dos anos 80. Numa obra posterior, com Tripier (1998), o autor desenvolve de forma articulada a problemática dos processos de identificação e de pertença a grupos sócio-profissionais determinados. Relevando na sua problematização a dicotomia "identidade para si" "identidade para outrem" (a partir da conceptualização de Goffman), o autor salienta os processos encetados pelos sujeitos de identificação no interior de um determinado grupo sócio-profissional e, simultaneamente, a diferenciação face a outros. Neste sentido, a identidade profissional é eminentemente relacional, quer por via da pertença, quer por via da diferença. Por seu turno, a designação da profissão constitui um elemento crucial de classificação, sendo a identidade profissional uma manifestação da defesa de um domínio profissional determinado. A abordagem das identidades profissionais tem assim vindo a aplicar-se no estudo dos grupos profissionais, enquanto via heurística fundamental para a análise da pertença e, em simultâneo, de etiquetagem social.

Entre nós, por exemplo, as questões em torno da identidade profissional dos sociólogos não tem tido um tratamento específico e aprofundado. Subsistem sim, como temos vindo a referenciar ao longo do texto, contributos analíticos sobre as práticas profissionais dos sociólogos, que, por vezes de uma forma indirecta, acabam por abordar a identidade profissional. Encontramos exemplos disso, entre outros textos, nas colectâneas que se encontram reunidos em APS (1990) e Carreiras *et ai* (1999). Na abordagem que é feita dos diversos papéis profissionais protagonizados pelos sociólogos, em diferentes contextos organizacionais, emergem elementos que, numa primeira formulação, poderíamos designar de identitários, no sentido em que apontam para a delimitação dos traços principais da profissão de sociólogo, tais como: a valorização dos saberes teóricos e metodológicos e o equacionamento dos problemas sociais no quadro desses saberes; a reflexão sobre as práticas profissionais e os objectivos das organizações onde se inserem; a defesa da interdisciplinariedade e do diálogo com sujeitos portadores de formações académicas diferentes; a (re)construção permanente de espaços de actividade no seio das organizações; as dúvidas e as incertezas decorrentes da ausência da experiência profissional ou então da não existência de

papéis profissionais sedimentados organizacionalmente; as dificuldades e os obstáculos ao exercício das práticas profissionais. Por sua vez, esses mesmos elementos<sup>41</sup> caracterizam algumas das questões centrais que, em nossa opinião, balizam principalmente as práticas profissionais dos sociólogos não ligados ao ensino superior e à investigação científica. Questões que genericamente estão presentes em reflexões sobre a actividade dos sociólogos em outros contextos nacionais. Com efeito, consequência do aumento dos diplomados em sociologia, da ampliação e da diversificação das procuras sociais dos saberes e das competências de intervenção social dos sociólogos, do desenvolvimento de múltiplos papéis profissionais ocupados por estes, da própria crise económica e social enfrentada pelas sociedades ocidentais que fomentou a procura de análises, surgiram, nos anos 80 e 90, plurais interrogações sobre as dinâmicas profissionais dos sociólogos<sup>42</sup>.

Uma dessas interrogações remete-nos directamente para a problemática da identificação com a profissão de sociólogo. No caso do nosso estudo, verificamos que 57,7% do total dos inquiridos reconhecem-se, em termos profissionais, como sociólogos. Não obstante tal dado ser desde já relevante, é necessário avançarmos um pouco mais<sup>43</sup>. A análise das justificações apresentadas por este conjunto de licenciados acerca do seu posicionamento permitiu-nos circunscrever diversos tipos de identificação<sup>44</sup>. Tipos que designamos por: identificação pelos conhecimentos sociológicos (abrangendo 47,4%); identificação pela função (46,2%); identificação pelo título académico (6,4%). Subjacente a cada um deles está presente uma lógica de argumentação, que expressa, de modo nem sempre linear, uma identificação com a própria profissão. E é precisamente essa lógica, nos seus aspectos mais importantes, tendo sempre em conta as propriedades socioprofissionais dos inquiridos que integram cada um dos tipos que iremos de imediato abordar (Quadro 31).

No primeiro tipo, o fundamental para os inquiridos é o uso, nas suas diversas situações de trabalho, dos conhecimentos sociológicos. Conhecimentos numa

---

<sup>41</sup> Outros poderiam ser referenciados numa leitura mais intensiva daquelas colectâneas, o que todavia não se compagina com os objectivos do presente texto.

<sup>42</sup> Como já referenciamos os trabalhos de Chenal (1987), Mendras (1995), Legrand *et al* (1995), Piriou (1999 e 2000) e de Sainsaulieu (1988 e 1990), para nomear alguns dos mais recentes, expõem diversas análises sobre as dinâmicas profissionais dos sociólogos.

<sup>43</sup> Aos inquiridos foi perguntado se se reconheciam como sociólogos e pedida uma justificação para a sua resposta. Unicamente foram consideradas as respostas que integravam uma justificação. Tal teve como consequência que o número de respostas consideradas fosse inferior ao total das respostas afirmativas (71,9% do total da população inquirida). Por outro lado, recorde-se que os dados sobre a primeira e a actual profissão já nos tinham possibilitado detectar que 32,0% e 36,4% dos inquiridos respectivamente, se auto-designavam como sociólogos.

<sup>44</sup> Para a elaboração da tipologia tomámos como referência o trabalho de Piriou (1999).



acepção multidimensional, abrangendo, portanto, os elementos de natureza substantiva e processual. Predominam fundamentalmente os docentes e os auto-designados sociólogos. As inserções profissionais mais relevantes acontecem nas empresas, nas universidades e na globalidade da administração pública. Por sua vez, assumem plenamente a compatibilidade entre a sua formação académica e a função que desempenham. A ênfase colocada nos conhecimentos sociológicos como elemento identificador sugere-nos que estamos perante uma população que tem uma concepção do papel do sociólogo fundamentalmente como cientista, o que vêm na esteira dos trabalhos de Max Weber e Pierre Bourdieu. Digamos que a legitimidade social e profissional que os mesmos constróem sobre a sua identidade, e que pretendem que os outros a reconheçam no jogo da interacção social, faz da ciência o elemento fulcral.

Quadro 31 - Tipos de identificação com a profissão de sociólogo

	Pelos conhecimentos sociológicos	Pela função	Pelo título académico
de Licenciatura 1989 e 1990 1992 e 1993 1994 e 1995 1996 e 1997 <i>Total</i>	18,9 18,9 32,4 29,8 <i>100,0</i>	13,9 27,8 25,0 33,3 <i>100,0</i>	20,0 60,0 20,0 <i>100,0</i>
Classificação principal à data do inquérito Directores de Empresas e Quadros Superiores da Administração Pública Docentes do Ensino Superior Docentes do Ensino Básico e Secundário Técnicos de Formação Profissional Técnicos de Recursos Humanos Sociólogos Outros Especialistas das Profissões Científicas e Técnicas Profissionais Intermédios de Administração e Gestão Pessoal Administrativo <i>Total</i>	5,4 16,2 8,2 5,4 2,7 32,4 8,1 10,8 10,8 <i>100,0</i>	3,0 23,5 3,0 8,8 52,8 5,9 3,0 <i>100,0</i>	20,0 40,0 40,0 <i>100,0</i>
Situação na profissão Patrão Trabalhador por conta própria Trabalhador por conta de outrem <i>Total</i>	2,7 18,9 78,4 <i>100,0</i>	23,5 76,5 <i>100,0</i>	40,0 60,0 <i>100,0</i>
Vínculo contratual Contrato permanente Contrato a termo certo Prestação de serviços Sem contrato <i>Total</i>	27,8 52,8 16,6 2,8 <i>100,0</i>	17,6 55,9 23,6 2,9 <i>100,0</i>	20,0 40,0 40,0 <i>100,0</i>
Local de formação jurídica da organização Universidade Pública Universidade Privada Politécnico Privado Ensino secundário e Básico Centros de Investigação Empresas Industriais e de Serviços Administração Central Administração Regional Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia Instituições Particulares de Solidariedade Social Associações de Desenvolvimento Outro Estatuto <i>Total</i>	19,4 5,5 11,1 2,8 22,2 11,1 8,4 5,5 8,4 5,6 <i>100,0</i>	23,5 5,9 • 2,9 14,8 23,5 23,5 5,9 <i>100,0</i>	20,0 20,0 20,0 40,0 <i>100,0</i>
Compatibilidade entre a formação académica e a função que ocupava no emprego actual Sim Não <i>Total</i>	93,9 6,1 <i>100,0</i>	100,0 <i>100,0</i>	100,0 <i>100,0</i>

(n=78)

A segunda lógica de identificação é feita pela função ocupada. Embora esteja subsumido a posse de uma titulação académica, tal não basta para o reconhecimento. É o próprio exercício das funções (por exemplo, de investigação, de docência ou de especialista técnico) que confere aos sujeitos a titulação de sociólogos. As fronteiras entre este tipo e o primeiro não são completamente nítidas, de certo modo os dois tipos se entrecruzam. Mais uma vez aqui encontramos os sociólogos e os docentes do ensino superior como as profissões mais referenciadas. Se as universidades se mantêm como importantes organizações de inserção, o peso de inquiridos a trabalharem em Instituições Particulares de Solidariedade Social é indicativo que uma parcela deste conjunto se encontra intimamente ligada à intervenção sociológica fundamentada. Ao contrário do que acontece, por exemplo em França, em que se estabelece correntemente uma distinção entre os sociólogos académicos (ensino universitário e investigação) e os sociólogos "*praticiens*" (por vezes igualmente designados de sociólogos "*cliniciens*") ligados à intervenção social, entre nós, como acima já referimos, subsiste uma forte tendência para não se efectuar tal distinção, mas sim para se assumir a inexistência de uma dissociação entre ciência e profissão, naquilo que Costa (1990:37) designa de "cultura de associação". Para o conjunto dos nossos inquiridos incluídos neste tipo a "intervenção no social" não deve ser separada de uma perspectiva teórica e metodológica devidamente fundamentada. Tal postura aproxima-se, igualmente, do que Sainsaulieu (1988 e 1995) designa de sociologia ecuménica valorizadora da profissão, com papéis profissionais diversos, mas com um corpo de conhecimentos comum. Por outro lado, só aparentemente tal é incompatível com o facto de encontramos sociólogos que vincam mais o carácter operacional da sua intervenção e outros o estatuto da função que desempenham servir para a produção de saberes a serem utilizados pelos decisores políticos.

Só um escasso número de inquiridos assumem que são sociólogos pelo título académico que usam. Digamos que é um raciocínio tautológico - são sociólogos por serem licenciados em sociologia. A sua fraca expressão quantitativa poderá sugerir que, não obstante a importância que na sociedade portuguesa a posse de um título universitário tem para os sujeitos, ele não emerge como forte elemento de identificação.

E os que não se reconhecem como sociólogos? Esse número é restrito a 17,8% da população inquirida. Genericamente aqui se incluem os licenciados que desempenham funções que mais estão afastadas do perfil genérico do conjunto das profissões científicas e intelectuais. Assumem como principal justificativo para a sua posição a ausência de tarefas que assumem como intrínsecas

aos sociólogos, isto é, tarefas de investigação científica, de docência dos saberes sociológicos ou mesmo das que não tem por base interpretações, conceitos e esquemas de racionalidade de cariz sociológico. De certo modo, as condições objectivas que enformam as práticas profissionais de uma parcela destes licenciados contribuem para que não se identifiquem com a profissão de sociólogo.

#### Considerações finais

Encontra-se consensualmente estabelecido no campo da investigação sociológica, como igualmente nos de outras ciências sociais, que o estudo das temporalidades, modos e resultados das condições de acesso e de permanência inicial no sistema económico dos diplomados pelo ensino superior não é compaginável com esquemas interpretativos de natureza simplista e esquematizante. No presente artigo, ao analisarmos os ritmos e as formas de transição ao trabalho dos licenciados em sociologia pela FLUP, mais uma vez ficou exemplificado que a denominada entrada na vida activa dos jovens se identifica pela complexidade e diversidade de formas sociais que toma.

Os resultados da nossa investigação permitem-nos afirmar que o acesso ao primeiro emprego regular ficou significativamente marcado pelo desemprego de inserção, o qual assumiu temporalidades diferenciadas, entre as quais não deixa de sobressair as que corporizam uma situação de desemprego prolongado. Digamos que é um traço que, em termos genéricos, se encontra igualmente presente em outros estudos, referenciados ao longo do texto, sobre os percursos profissionais da população saída do ensino superior. Por sua vez, a primeira inserção no mercado de trabalho ocorreu predominantemente em actividades laborais que se integram no espectro das denominadas profissões científicas e intelectuais, portanto, de modo genérico, compagináveis com a titulação académica dos inquiridos. A precariedade contratual emerge como um dos principais elementos característicos do emprego dos licenciados. Deste modo, o início da sua trajectória profissional assenta em contratos a termo certo e em contratos de prestação de serviços, configurando-se cada vez menos como situações excepcionais para se assumirem socialmente como naturais, inevitáveis e, por conseguinte, inquestionáveis. Entretanto essa precariedade assume expressivamente a forma de assalariamento oculto. Forma expedita de flexibilização quantitativa do emprego e de compressão dos custos salariais, ela traduz-se para quem a tem vivenciado como um elemento indutor de insegurança e de instabilidade pessoal.

Precisamente a mobilidade entre o primeiro emprego e o emprego ocupado pelos inquiridos no momento da aplicação do inquérito, consubstanciou-se numa

notória redução das situações de assalariamento oculto. Como defendemos acima, estamos perante uma melhoria relativa da qualidade do emprego. Sublinhe-se relativa, na medida em que a principal transferência ocorreu entre o regime de prestação de serviços e o contrato a termo certo. A estabilidade contratual ocorrerá, provavelmente, aquando de outra mudança de emprego. Para uma parcela significativa dos nossos inquiridos, no seu percurso profissional, o primeiro emprego representou um momento de espera por um outro com uma menor insegurança contratual e eventualmente possibilitando a obtenção de melhores benefícios materiais e simbólicos. Momento de espera que não deixou igualmente de funcionar como espaço probatório e de aquisição de competências cruciais para a trajectória profissional futura.

Outros elementos caracterizam o estatuto sócio-laboral dos inquiridos à data da realização do inquérito. O reduzido volume de desempregados era um deles. Isto pode ser interpretado como indicador de um elevado grau de empregabilidade dos licenciados - equacionando unicamente a questão em termos quantitativos e não da qualidade do emprego -, naquele momento. O mesmo já não pode ser afirmado face ao desemprego no decurso da mobilidade profissional: cerca de um terço dos inquiridos vivenciaram uma ou mais vezes situações de ausência de emprego, número inferior ao desemprego de inserção, o que nos indica que a etapa mais difícil para o recém-licenciado reside provavelmente no período de acesso ao primeiro emprego regular.

As empresas, a administração pública, as instituições de ensino superior, os centros de investigação, as associações de solidariedade social e as ligadas ao desenvolvimento económico e social emergem como as principais organizações onde trabalham os licenciados, não só ao nível do emprego actual como do primeiro emprego. Organizações que, por sua vez, traduzem as grandes áreas de exercício profissional do sociólogo: a docência e a investigação científica; a intervenção sociológica fundamentada no âmbito da gestão e formação profissional dos recursos humanos, do desenvolvimento local e regional, da pobreza e exclusão social e da reinserção social. Entretanto, é perceptível que o processo de profissionalização dos licenciados em sociologia pela FLUP foi ocorrendo, em especial a partir do início dos anos noventa, cada vez mais em instituições não ligadas ao ensino superior, contrariamente ao que aconteceu para os primeiros licenciados, em que as universidades e institutos politécnicos foram os espaços organizacionais, por excelência, da sua inserção laboral. É uma transformação importante que consubstancia um aumento do volume de empregos disponíveis para sociólogos, por exemplo, nas empresas e na administração pública, correspondendo, em parte, a uma diversificação da procura social das compe-

tências dos licenciados em sociologia mais consonante com a modernização dessas organizações ou então induzida pela aplicação directa dos fundos comunitários.

Em ambos os empregos que analisámos, verifica-se que uma expressiva maioria dos inquiridos admite que a sua formação académica é compatível com as funções que desempenha. E uma posição que revela um traço que qualifica a transição ao trabalho desses inquiridos, bem como aponta para uma relação virtuosa entre curso e emprego. Relação que não sustenta uma situação de monopólio profissional por parte dos licenciados, pelo contrário, conclui-se que subsistem funções, em relação ao emprego à data do inquérito, que poderiam ser desempenhadas por licenciados não formados em sociologia. Tal aspecto reflecte uma tendência pesada, presente nas organizações, de intermutabilidade entre várias formações académicas para o desempenho de funções específicas. Será que isto conduzirá a uma dissolução das competências e das actividades profissionais dos sociólogos, numa amálgama de práticas laborais incaracterísticas, acompanhada de uma perda de elementos de diferenciação profissional em contextos organizacionais?

Essa questão remete-nos para a problemática, mais global, da identificação com a profissão de sociólogo. A maioria dos inquiridos reconhecem-se como sociólogos. Utilizam para esse efeito diferentes lógicas de argumentação que se fundamentam quer na valorização dos conhecimentos sociológicos, quer na função que desempenham, quer ainda no próprio título académico. Em primeiro lugar, como observámos nessas lógicas incorporam-se concepções sobre o posicionamento profissional dos sociólogos e sobre a natureza da própria sociologia como ciência. Em segundo, as lógicas argumentativas funcionam fundamentalmente como referências para os próprios licenciados, permitindo-lhes uma orientação nas organizações onde se inserem. Orientação respeitante quer às suas práticas profissionais, no sentido de um julgamento acerca de quais são as que se integram num perfil tipo de sociólogo, quer às práticas de profissionais com outras formações académicas. É, de certo modo, um jogo crucial, na medida em que no seu decurso possibilita que os sujeitos vão (re)construindo os seus traços identitários e a sua legitimidade profissional, sempre no contexto mais alargado das condições sociais objectivas que enformam as organizações onde estão inseridos. No momento actual, o acréscimo qualitativo da profissionalidade dos que se reconhecem como sociólogos passa precisamente pela sedimentação continuada desses traços identitários.

## Bibliografia

ALALUF, Matéo *et ai* (1987), *Scènes de chasse a V emploi*, Bruxelles, Université de Bruxelles.

ALVES, Mariana (1998), "Inserção na vida activa de licenciados: a construção de identidades sociais e profissionais", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, n°26, pp. 131-147.

ALVES, Natália (2000), *Trajectórias académicas e de inserção profissional dos licenciados (1994-1998)*, Lisboa, Universidade de Lisboa.

ALMEIDA, João, COSTA, António e MACHADO, Luís (1994), "Recomposição social e novos protagonismos", in António Reis (org.), *Portugal - 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.

APS (1990), *Experiências e papéis profissionais de sociólogos*, Lisboa, APS.

ARROTEIA, Jorge e MARTINS, António (1998), *Inserção profissional dos diplomados pela Universidade de Aveiro*, Aveiro, UA.

BANHA, Rui (1999), "O exercício da sociologia no contexto do poder local em Portugal", in Helena Carreiras *et ai*, *Profissão sociólogo*, Oeiras, Celta, pp. 45-52.

BARRETO, António (1996), *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS.

BÉDUWÉ, Catherine e CAHUZAC, Eric, "Première expérience professionnelle avant le diplôme", in *Formation et Emploi*, n° 58, pp. 89-108.

CARREIRAS, Helena *et ai* (1999), *Profissão sociólogo*, Oeiras, Celta.

CHARLOT, Bernard e GLASMAN, Dominique (1999), *Les jeunes, Vinsertion, Vemploi*, Paris, PUF.

CHENAL, Odile *et ai* (1987), *Uexercice professionnel de Ia sociologie*, Paris, CNRS-IRESKO.

COSTA, António Firmino (1990), "Cultura profissional dos sociólogos", in APS, *A sociologia e a sociedade portuguesa na viragem do século - Actas do I Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Fragmentos, pp. 25-40.

COSTA, António Firmino (1996), "Bibliografia: sobre o campo da sociologia e as práticas sociológicas em Portugal", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, n° 20, pp. 171-178.

COSTA, António Firmino (2000), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta.

COUTROT, Laurence e DUBAR, Claude (org.) (1992), *Cheminements professionnels et mobilités sociales*, Paris, La Documentation Française.

DORNELAS, António (1999), "Emprego, desemprego e relações industriais", in IS/FLUP, *Emprego e organizações: mudanças e novas perspectivas*, Porto, FLUR

DUBAR, Claude (1991), *La socialisation*, Paris, Armand Colin.

DUBAR, Claude (1994), "Uinsertion comme articulation temporelle du biographique et du structurel", in *Revue Française de Sociologie*, n° 35, pp. 283-291.

DUBAR, Claude e TRIPIER, Pierre (1998), *Sociologie des professions*, Paris, Armand Colin.

DUBAR, Claude (1999), "Réflexions sociologiques sur la notion d'insertion", in Bernard Charlot e Dominique Glasman, Dominique, *Lesjeunes, Vinsertion, Vemploi*, Paris, PUF, pp. 29-37.

DUBAR, Claude (2000), *La crise des identités*, Paris, PUF.

DURAND, Jean-Pierre e WEIL, Robert (1993), *Sociologie Contemporaine*, Paris, Vigot, 1993.

ECKERT, Henri e HANCHANE, Said, "Temporalités de l'insertion professionnelle", in *Formation et Emploi*, n° 60, pp. 49-65.

FREIRE, João (1993), *Sociologia do Trabalho. Uma Introdução*, Porto, Afrontamento.

GIDDENS, Anthony Giddens (1987), "What sociologists do?" in Anthony Giddens, *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press.

GIRET, Jean-François (2000), *Pour une économie de Vinsertion professionnelle desjeunes*, Paris, CNRS.

GONÇALVES, Carlos Manuel (1998), *Emergência e consolidação dos economistas em Portugal*, Porto, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto.

GONÇALVES, Carlos Manuel, "Emprego e desemprego: algumas notas de reflexão", in *Actas do TV Congresso Português de Sociologia* (no prelo).

GONÇALVES, Carlos Manuel, PARENTE, Cristina e VELOSO, Luísa (1996), *Formação e emprego juvenil em Portugal, França e Dinamarca*, Porto, FJ/ISFLUP.

INOFOR (1999), *As relações entre a educação e o emprego dos diplomados do ensino superior (I, II, III)*, Lisboa, Inofor.

INOFOR (1999), *Educação, emprego e transição para a vida activa: uma aproximação ao caso português*, Lisboa, Inofor.

INOFOR (1999), *Inquérito-Piloto aos diplomados do ensino superior, 1999*, Lisboa, Inofor.



- LEGRAND, M. *et ai* (1995), *La sociologie et ses métiers*, Paris, UHarmattan.
- LEROY, J. (1987), *Éléments pour l'étude d'une profession de sociologue*, Paris, Iresco-Lsci.
- MACHADO, Fernando Luís (1996), "Profissionalização dos sociólogos em Portugal - contextos, recomposições e implicações", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 20.
- MARQUES, Ana e VEIGA, Carlos (1992), "Inserir a sociologia na profissão: uma sociologia permanente", in *Cadernos do Noroeste*, Vol. 5 (1-2), pp. 75-85.
- MAURITTI, Rosário (2000), *Estudantes universitários: trajetórias sociais e expectativas de inserção profissional*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada no ISCTE.
- MONTLIBERT, Christian (1982), "La professionnalisation de la sociologie et ses limites", in *Revue Française de Sociologie*, nº 2, pp. 37-53.
- MTS (2000), *Plano Nacional de Emprego*, Lisboa, MTS.
- NICOLE-DRANCOURT, Chantal (1994), "Mesurer l'insertion professionnelle", in *Revue Française de Sociologie*, nº 35, pp. 37-68.
- NICOLE-DRANCOURT, Chantal e ROULLEAU-BERGER, Laurence (1995), *Uinsertion des jeunes en France*, Paris, PUF.
- PIRIOU, Odile (1999), *La sociologie des sociologues*, Paris, ENS Editions.
- PIRIOU, Odile (2000), *Les praticiens de sociologie en entreprise*, Paris, Iresco-Lsci.
- QUITÉRIO, Joaquim (1990), "A actividade do sociólogo na esfera das organizações e do trabalho", in *Economia e Sociologia*, nº 44, 1987 e nº 47, 1990.
- RIBEIRO, Manuel João (1994), "Um quadro integrado da actividade sociológica: reflexão sobre uma experiência profissional", in APS, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, APS, pp. 45-58.
- ROSE, José (1984), *Enquête de Vemploi*, Paris, Económica.
- ROSE, José (1996), "Uorganisation des transitions professionnelles entre socialisation, mobilisation et recomposition des rapports du travail et d'emploi", in *Sociologie du Travail*, nº 1, pp. 63-79.
- ROSE, José (1998), *Les jeunes face a Vemploi*, Paris, Desclée de Brouwer.
- RUIVO, Manuel Seca Ruivo (1987), "O sociólogo na gestão da empresa", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 2.
- SAINSAULIEU, Renaud (1986), "Uidentité et les relations de travail", in TAP, Pi erre (ed), *Identités collectives et changements sociaux, colloque international Toulouse - septembre 1979*, Toulouse, Privat, pp. 275-286.

SAINSAULEEU, Renaud (1988), *Uidentitéau travail Les effects culturels de Vorganisation*, Paris, PFNSP, 3<sup>a</sup> ed., pp. 435-449 (1977).

SAINSAULIEU, Renaud e ai. (1987), *Uexercice professionnel de Ia sociologie*. CNRS-Iresco.

SAINSAULIEU, Renaud (1995), "Le métier de sociologue en pratiques", in M. Legrand et ai, *La sociologie et ses métiers*, Paris, UHarmattan.

STATERA, G e AGNOLI, S. (Org.) (1985), *Le Professioni sociologiche in Europa e in America*, Milão, Franco Angeli.

VELOSO, Maria Luísa (1995), *O mercado da formação para adultos activos no âmbito do sector têxtil e do vestuário na região norte. Contextos formativos, trajectórias profissionais e projectos*, Dissertação de Mestrado em Políticas e Gestão de Recursos Humanos, ISCTE, Lisboa.

VERNDBRES, Michel (1997), *Vinsertion professionnelle*, Paris, Económica.

VINCENS, Jean (1997), "Uinsertion professionnelle des jeunes: à Ia recherche d'une définition conventionnelle", in *Formation etEmploi*, n° 60, pp. 21-36.

VINCENS, Jean (1998), "Uinsertion professionnelle des jeunes", in *Formation etEmploi*, n° 61, pp. 59-72.